

ILMO. SR. PREGOEIRO DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA – SUPEL – COSEG.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90462/2024 – SUPEL/COSEG.

**OBJETO LICITADO:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento

**RECHE GALDEANO & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.713.403/0001-90, localizada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas, doravante denominada **RECHE FROTAS**, representada por seu sócio administrador vem, perante V. S<sup>a</sup>., apresentar, com fundamento na cláusula décima terceira do Instrumento Convocatório, **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face a ilegal decisão do Sr. Pregoeiro, INABILITOU a Recorrente no item 03, do certame licitatório PE 90642/2024, pelos motivos que agora passa a expor para ao final requerer:

## 1. DA TEMPESTIVIDADE

Conforme disciplina do item 13.2 do Instrumento Convocatório, “As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, **no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação.**”

Nesse sentido, temos que o envio do presente pleito até o dia **05/08/2025** é absolutamente tempestivo.





Inclusive, o próprio Sr. Pregoeiro deixou registrada a data limite de apresentação recursal, quando da sessão pública datada de 31/07/2025.

UASG 925373

PREGÃO 90462/2024

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema para o participante 03.422.390/0001-86	31/07/2025 às 13:06:19	Diante do exposto, estarei desclassificando vossa proposta.
Sistema	31/07/2025 às 13:07:28	O item 3 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 31/07/2025 13:17:28.
Sistema	31/07/2025 às 13:24:37	A fase de recurso do item 3 está aberta até 05/08/2025.

## 2. DOS FATOS

Passemos aos fatos.

Após superada a inicial fase de lances e após a desclassificação da empresa ROVEMA Locadora de Veículos LTDA e TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.A., tendo a Empresa Reche Galdeano & Cia LTDA classificada em primeiro lugar, o Sr. Pregoeiro seguiu à próxima fase: de análise e classificação da proposta, sendo aprovada neste momento.

Em seguida, a Recorrente foi convocada para apresentar as devidas documentações de habilitação, após a análise do setor competente, o Sr. Pregoeiro retomou o certame trazendo a seguinte decisão:

## Mensagens

Visualize aqui as mensagens da Sessão Pública

**Pregão Eletrônico N° 90462/2024**



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141





#### Mensagem do Pregoeiro

Informamos que, após análise dos documentos de habilitação, esta Pregoeira decidiu INABILITAR a empresa RECHE GALDEANO & CIA LTDA, CNPJ N°. 08.713.403/0001-90, pelos seguintes motivos:

Enviada em 15/07/2025 às 12:04:16h

#### Mensagem do Pregoeiro

Acontece que os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA emitidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima, pela CAERD, pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto, pelo Instituto Municipal de Mobilidade Urbana - IMMU, pela Polícia Civil do Estado de Roraima e pela Polícia Militar do Estado do Amazonas contemplam serviço de "locação de veículos".

Enviada em 15/07/2025 às 12:06:17h

#### Mensagem do Pregoeiro

Contudo, não observamos nos referidos atestados a presença da adaptação para o transporte de presos COM COMPARTIMENTO CELA, como também radio transceptor, com GPS e rastreador satelital.

Enviada em 15/07/2025 às 12:06:31h

#### Mensagem do Pregoeiro

Concluimos que embora a empresa participante tenha comprovado a experiência no serviço de locação de veículos, não foi possível certificar que a mesma tenha realizado algum serviço que envolva a locação de viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório.

Enviada em 15/07/2025 às 12:07:00h



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141





Desta feita, embora a Recorrente tenha apresentado intenção de Recurso, o Sr. Pregoeiro deu continuidade ao Certame, convocando as empresas subsequentes, todas sendo desclassificadas.

Finalmente, o prazo recursal foi, efetivamente, iniciado, momento em que a Reche Frotas, ora Recorrente, expõe as razões que segue.

### 3. NO MÉRITO

De imediato, destacamos entendimento de que **o Edital** do presente certame licitatório **procurou** fornecer todos os subsídios para possibilitar **o julgamento objetivo** pela autoridade administrativa, de modo a oferecer aos licitantes quais critérios seriam adotados previamente, **não podendo, após a publicação do edital, o Pregoeiro mudar as regras exigidas seja para mais ou para menos do que ali fora previsto**, garantindo segurança jurídica às partes envolvidas no processo.

Os mandamentos do edital estão em conformidade com o do artigo 62 da Lei 14.133/2021, que elencou de forma clara os requisitos de habilitação para fins de participação em licitações.

Tais requisitos foram efetivados de forma taxativa: habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação e especificação técnica, disciplinados nos artigos 62 a 70 do Estatuto Federal.

Pelo princípio da hermenêutica, segundo o qual a lei, por via de consequência o próprio Edital, deve ser seu reflexo e não utiliza palavras desnecessárias.

Sendo assim, da leitura da lei e dos termos do edital, resta cristalino que não deixa margens para subjetividade quanto aos tipos, formas e requisitos para apresentação dos documentos de qualificação, **PARA QUE PRODUZAM SEUS EFEITOS JURÍDICOS PARA AUTORIZAR EXTRAIR ELEMENTOS À AFERIÇÃO DA EXIGENCIA EDITALICIA**, senão aqueles previstos.



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141





Por isso tudo, vejamos.

### 3.1 Quanto ao Atestado de Capacidade Técnica.

O Edital do Certame, de maneira clara, determina os requisitos que devem ser apresentados no Atestado de Capacidade Técnica, em especial no item 30.6.3, é definida que a compatibilidade será conforme o quadro do item 11 do Termo de Referência.

30.6.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os **Atestados de Capacidade Técnica** deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

30.6.3. Compatibilidade em características: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, material de consumo e permanente, conforme quadro do item 11 deste Termo de Referência.

30.6.4. O atestado deverá indicar os dados da entidade emissora (razão social, CNPJ, endereço, telefone, data de emissão) e dos signatários do documento (nome, função, telefone, etc.), além da descrição do objeto e quantidade expressa em unidade ou valor.

Nesta senda, ao analisarmos o quadro do item 11 do Termo e Referência, temos:

#### 11. DO PCA - PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL

11.1. Consta nos autos Portaria nº 4855 do [Plano de Contratação Anual](#) da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, com o objeto identificado pelo número de ordem 47, compatível com a Lei Orçamentária conforme quadro abaixo:

ORDEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	JUSTIFICATIVA
47	Registra o valor das despesas com veículos de tração mecânica, tais como: ambulância, automóvel, caçamba, caminhão, carro-forte, consultório volante, furgão, microônibus, motocicleta, ônibus, rabecão, vassoura mecânica, veículo coletor de lixo e afins	Registra o valor das despesas com veículos de tração mecânica, tais como: ambulância, automóvel, caçamba, caminhão, carro-forte, consultório volante, furgão, microônibus, motocicleta, ônibus, rabecão, vassoura mecânica, veículo coletor de lixo e afins



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141





Assim, para dar cumprimento ao estipulado no Edital conforme exposto, a **Recorrente** apresentou 6(seis atestados de capacidade técnica, em que o Sr. Pregoeiro reconheceu “comprovada a experiência no serviço de locação de veículos.”

No entanto, ao declarar que, pelos atestados apresentados, não foi possível determinar se a Recorrente possui experiência na locação de veículos tipo viatura, adaptada com cela, bem como também radio transceptor, com GPS e rastreador satelital, o Sr. Pregoeiro acabou por criar regra de habilitação restritiva e fora do Edital do Certame.

#### Mensagem do Pregoeiro

Concluimos que embora a empresa participante tenha comprovado a experiência no serviço de locação de veículos, não foi possível certificar que a mesma tenha realizado algum serviço que envolva a locação de viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório.

Enviada em 15/07/2025 às 12:07:00h

#### Mensagem do Pregoeiro

Contudo, não observamos nos referidos atestados a presença da adaptação para o transporte de presos COM COMPARTIMENTO CELA, como também radio transceptor, com GPS e rastreador satelital.

Enviada em 15/07/2025 às 12:06:31h

Há muito, os Tribunais do País já firmaram entendimento de que não se faz necessária a apresentação de atestados de capacidade técnica com objeto idêntico ao do Certame em andamento.

“EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO — AÇÃO ORDINÁRIA — LICITAÇÃO PÚBLICA — ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA — INABILITAÇÃO DA LICITANTE —



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141





FORMALISMO EXACERBADO — PRECEDENTES DO STJ — AUSÊNCIA DE JUSTIFICATIVA PARA EXIGÊNCIA DE ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA IDÊNTICO AO OBJETO LICITADO — DESNECESSIDADE E ILEGALIDADE — RECURSO NÃO PROVIDO — AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. **Ausente a devida motivação, é defeso à administração impor exigência de que o sujeito tenha executado no passado obra ou serviço exatamente idêntico ao objeto da licitação.** A melhor inteligência da norma ínsita no art. 30 da Lei de Licitações orienta-se no sentido de permitir a inserção no edital de exigências de quantidades mínimas ou de prazos máximos, quando, vinculadas ao objeto do contrato, estiverem assentadas em critérios razoáveis. **Os rigorismos formais extremos e exigências inúteis não podem conduzir a interpretação contrária à finalidade da lei, notadamente em se tratando de concorrência pública, na qual a existência de vários interessados é benéfica, na exata medida em que facilita a escolha da proposta efetivamente mais vantajosa** (Lei 8.666/93, art. 3º). Em razão do julgamento do mérito do Agravo de Instrumento, resta prejudicado o agravo interno, ante a perda superveniente do objeto.” (TJ-MT 10110367820198110000 MT, Relator.: MARCIO APARECIDO GUEDES, Data de Julgamento: 10/11/2021, Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo, Data de Publicação: 25/11/2021)

“APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA. INSUFICIÊNCIA DO ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA. ORDEM DENEGADA NA ORIGEM. RECURSO DA IMPETRANTE. DEFENDIDA PERTINÊNCIA DA COMPROVAÇÃO TÉCNICA. TESE PROFÍCUA. EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA ASSEGURADA INCLUSIVE POR SE TRATAR DA ATUAL PRESTADORA DO SERVIÇO PERANTE A ENTIDADE CONTRATANTE. IMPERTINÊNCIA DE EXIGÊNCIAS EXCESSIVAS CAPAZES DE DESNATURAR A COMPETITIVIDADE. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1. A exigência de requisitos mínimos de capacitação técnica está amparada no artigo 37, XXI, da Constituição Federal, e no artigo 27, II, da Lei n. 8.666/1993.

2. **É entendimento do Superior Tribunal de Justiça quanto à pertinência de se temperar o rigorismo formal de algumas exigências do edital licitatório, a fim de manter o caráter competitivo do certame, selecionando-se a proposta mais vantajosa à Administração Pública, caso não se verifique violação ostensiva aos demais princípios informadores do instrumento convocatório.**

3. **O Tribunal de Contas da União privilegia o caráter competitivo do certame em detrimento de cláusula restritiva inerente ao critério da qualificação técnica da proponente, desde que, evidentemente, o atestado de qualificação técnica desponte crível e compatível com o bem jurídico vindicado no certame.** 4. **A persistência de**



Reche Frotas S/A  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141





**exigências excessivas pode acarretar redução da competitividade**, "a lembrar da jurisprudência sedimentada desta Corte (v.g. Acórdão 1695/2011 - Plenário), confirmada no art . 67, § 2º da Lei 14.133/2021, recentemente aprovada, de que a dimensão máxima admitida nos atestados de qualificação técnico-operacional é de 50% da quantidade prevista na contratação, o que reitera a impressão inicial de que a exigência em discussão é excessiva" (TCU, Acórdão 2144/2022 - Plenário, Relator Bruno Dantas, Processo n. 013.016/2022-9, Representação (Repr), data da sessão 28-9-2022) . 5. No caso, a comissão de licitação avalizou que a empresa apelante "atende na integralidade [...]" (TJ-SC - APL: 50716559720218240023, Relator.: Diogo Pífsica, Data de Julgamento: 04/05/2023, Quarta Câmara de Direito Público)

Ora, **exigir das Empresas participantes do Certame**, que apresentem atestados de capacidade técnica de locação de veículo adaptado com cela, além de não ser regra estabelecida no edital, repercute no **direcionamento do mesmo para um único tipo de empresa ou, pior, fazer fracassar a licitação.**

No presente caso, não podemos deixar de mencionar o item 30.6.1, que foi claro ao dizer que, para comprovar a capacidade técnica, **os licitantes deveriam apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens SIMILARES.**

Mais uma vez destaque-se o **Edital do Certame de falou atestado de capacidade técnica com fornecimento de bens similares ou não bens idênticos.**

*"APELAÇÃO – Mandado de Segurança – Pregão eletrônico – insurgência quanto aos atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa vencedora do certame – Decisão de primeiro grau que denegou a ordem – O edital é claro quanto a possibilidade de a licitante apresentar atestado de capacidade técnica comprovando a execução anterior de trabalhos similares, pertinentes e compatíveis com o objeto da licitação – A leitura dos dispositivos deve ser feita de forma topográfica – Atestados de capacidade técnica em pleno atendimento às exigências editalícias, semelhantes ao escopo do objeto do edital – Sentença mantida – Recurso não provido. (TJ-SP - AC: 10020328720228260228 São Paulo, Relator.: Mônica Serrano, Data de Julgamento: 16/10/2023, 7ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 17/10/2023)*



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141





No mesmo sentido, **em nenhum momento o Edital do Certame determina que os atestados de capacidade técnica deveriam indicar que os veículos entregues foram locados com radio transceptor, com GPS e rastreador satelital**, como também justificou o Sr. Pregoeiro.

A título didático, cumpre esclarecer que o **serviço de locação de veículos engloba uma série de atividades correlatas**, tais como manutenção, fornecimento de acessórios (por exemplo, insulfilm), seguro veicular, dentre outros. Ressalta-se que, assim como a implementação, esses serviços não costumam ser detalhadamente discriminados na descrição do atestado de capacidade técnica, pois são inerentes ao próprio objeto de locação. Exigir a apresentação de atestados que relacionem de forma minuciosa todos os serviços acessórios a cada edital implicaria criar uma restrição indevida, direcionando a contratação para empresas que possuam atestados redigidos de acordo com especificações excessivamente particulares, o que afrontaria os princípios da isonomia e da competitividade.

**Ademais, ainda que toda a documentação tenha sido apresentada em estrita conformidade com as exigências editalícias, cumpre ressaltar, a título de tranquilizar eventuais preocupações quanto à implementação, que o fornecedor responsável pela adaptação dos veículos é a maior implementadora do Brasil, detentora de inúmeros atestados e certificados que comprovam sua excelência técnica. Ressalte-se, inclusive, que seu portfólio contempla o fornecimento de viaturas para órgãos de grande relevância nacional, como a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Polícia Rodoviária do Estado de Minas Gerais e Polícia Rodoviária Federal, entre outros.**



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141





**POLÍCIA  
MILITAR**  
DE MINAS GERAIS  
DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
CENTRO DE MOTOMECANIZAÇÃO E INTENDÊNCIA

**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, por intermédio do Centro de Motomecanização e Intendência (CMI), inscrita no CNPJ nº 16.695.025/0001-97, atesta para todos os fins de direito que a empresa FLASH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E SISTEMAS ELETROELETRÔNICOS LTDA, estabelecida à Rua Professora Celia Cangro Marques Mendes, 1000 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – SP – CEP18087-171, nos forneceu equipamentos de adaptação e sinalização para veículos especiais, conforme descrição abaixo:

ADAPTAÇÃO VEÍCULO POLICIAL COM CELA	
440 UNIDADES	RENAULT DUSTER ZEN 1.6 COM CELA
30 UNIDADES	CHEVROLET S-10 CABINE DUPLA 4X4 COM CELA
90 UNIDADES	FIAT TORO FREEDOM 4X4 COM CELA

Declaramos ainda que a referida empresa cumpriu satisfatoriamente suas obrigações contratuais, atendendo plenamente a qualidade e pontualidade do fornecimento bem como da assistência técnica e manutenção dos equipamentos, durante o prazo de garantia, não tendo até o momento nada que a desabone.

Belo Horizonte, 07 de julho de 2021.

**GILKER HADIME SEITO, TEN CEL PM**  
CHEFE DO CMI



Documento assinado em 07/07/2021 15:46:39 por GILKER HADIME SEITO:02852862639. Conforme §1º do art. 6º do Decreto Estadual n. 47.222/2017 e Resolução n. 4.520/2016-PM/MG, para verificar a autenticidade escaneie o QRCode ao lado, ou acesse <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/ite/assinador/web/validar> e informe o código: AD4485AA3249

1

A bem da verdade, o que se observa é que, ao inabilitar a Empresa Recorrente, o Sr. Pregoeiro criou regras novas, indevidas e ilegais, no decorrer do Certame, o que acabou por pegar de surpresa tanto a Recorrente quanto as demais licitantes.



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141





Mais uma vez destacamos que os critérios de julgamento de uma licitação são critérios de julgamento objetivos, com regras claras e pré-definidas para avaliar as propostas dos licitantes, garantindo a transparência e impessoalidade do processo.

Esse critério objetivo é estipulado quando da divulgação do certame, não sendo possível alterar essas regras, adotando critérios subjetivos, por livre e espontânea vontade do Pregoeiro.

Assim já dizia o saudoso Hely Lopes Meirelles, pai do Direito Administrativo Brasileiro:

***“Na Administração Pública, não há liberdade nem vontade pessoal. Enquanto, na Administração pessoal é lícito fazer tudo o que a lei não proíbe. Na Administração Pública só é permitido fazer aquilo que a lei autoriza.”***

Diante de tudo, **dúvidas não restam de que a inabilitação da Recorrente se deu de maneira arbitrária, com fundamento em critérios diferentes daqueles estipulados no Edital, indo de encontro ao já pacificado nos Tribunais, em um claro julgamento subjetivo do feito, razão pela qual, a decisão do Sr. Pregoeiro deve ser reformada.**

### **3.2. Da Manutenção da Desclassificação da TB Serviços.**

A manutenção da desclassificação da empresa TB Serviços é medida que se impõe diante do descumprimento de exigências expressas no edital. Restou demonstrado nos autos que a referida empresa apresentou rádio transceptor que não atende integralmente às especificações técnicas previstas, deixando de comprovar, a compatibilidade do equipamento ofertado com os requisitos estabelecidos no Anexo II do Termo de Referência. Além disso, a empresa deixou de apresentar a ficha técnica do rastreador, documento imprescindível para demonstrar que o equipamento atende às funcionalidades e características exigidas no edital, especialmente quanto ao monitoramento satelital, conforme disposto no Anexo III.

Importa destacar que tais exigências não constituem mero formalismo, mas sim requisitos indispensáveis para assegurar a segurança, rastreabilidade e eficiência no serviço público, em especial na locação de viaturas para o sistema prisional. O tema foi devidamente debatido em sede de impugnação e pedido de esclarecimentos, ocasião em que a Secretaria



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020-141





reforçou a necessidade de cumprimento rigoroso das especificações técnicas previstas no edital, afastando qualquer possibilidade de flexibilização ou aceitação de propostas desprovidas da devida comprovação técnica e documental dos equipamentos ofertados.

Diante desse contexto, e considerando o entendimento já consolidado pela Administração, a manutenção da desclassificação da TB Serviços é medida que se impõe para resguardar o interesse público, o tratamento isonômico entre os licitantes e o princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Admitir documentação incompleta ou equipamentos em desacordo com as especificações do edital comprometeria a lisura, a eficiência e a finalidade do certame, em prejuízo do interesse coletivo.

#### 4. DOS PEDIDOS

Por derradeiro, em face a tudo que se expôs, **requer-se que o presente Recurso Administrativo seja conhecido e ao final provido**, no sentido de anular a fase de habilitação do Certame, fazendo com que a decisão do Sr. Pregoeiro que inabilitou a Recorrente, no item 03, seja reformada, acatando-se os atestados de capacidade técnica apresentados, uma vez que eles estão de acordo com o solicitado do Edital e Termo de Referência.

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Manaus, 01 de agosto de 2025.

Atenciosamente,

---

**Reche Galdeano & Cia LTDA**



**Reche Frotas S/A**  
Av. Duque de Caxias, 887  
Praça 14 de Janeiro,  
Manaus-AM, CEP: 69020- 141



# **POLÍCIA MILITAR**

**DE MINAS GERAIS**

## **DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO CENTRO DE MOTOMECANIZAÇÃO E INTENDÊNCIA**

### **ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

A POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, por intermédio do Centro de Motomecanização e Intendência (CMI), inscrita no CNPJ nº 16.695.025/0001-97, atesta para todos os fins de direito que a empresa FLASH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E SISTEMAS ELETROELETRÔNICOS LTDA, estabelecida à Rua Professora Celia Cangro Marques Mendes, 1000 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – SP – CEP18087-171, nos forneceu equipamentos de adaptação e sinalização para veículos especiais, conforme descrição abaixo:

<b>ADAPTAÇÃO VEÍCULO POLICIAL COM CELA</b>	
440 UNIDADES	RENAULT DUSTER ZEN 1.6 COM CELA
30 UNIDADES	CHEROLET S-10 CABINE DUPLA 4X4 COM CELA
90 UNIDADES	FIAT TORO FREEDOM 4X4 COM CELA

Declaramos ainda que a referida empresa cumpriu satisfatoriamente suas obrigações contratuais, atendendo plenamente a qualidade e pontualidade do fornecimento bem como da assistência técnica e manutenção dos equipamentos, durante o prazo de garantia, não tendo até o momento nada que a desabone.

Belo Horizonte, 07 de julho de 2021.

**GILKER HADIME SEITO, TEN CEL PM  
CHEFE DO CMI**



Documento assinado em 07/07/2021 15:46:39 por GILKER HADIME SEITO:02892862639. Conforme §1º do art. 6º do Decreto Estadual n. 47.222/2017 e Resolução n. 4.520/2016-PMMG, para verificar a autenticidade escaneie o QRCode ao lado, ou acesse <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar> e informe o código: AD4485AA3249



Renault Pro+

**Renault S.A.S certifies that  
FLASH  
received "Renault Pro+  
certified converter" agreement**

**certification valid for 3 years**

São Paulo, 01/01/2023

**Charles-Emmanuel Courtola**  
Head of Marketing Product &  
Performance Brazil

**Thierry Plantegenest**  
VP global LOV & pick up  
brand, sales & operations

Confidential C

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE  
COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO.**

**Pregão Eletrônico nº 90462/2024/SUPEL/RO**

A empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A.**, inscrita no CNPJ sob n.º 60.924.040/0001-51, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima n. 1912, 15 andar, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, vem, respeitosamente à presença de V.Sa. para com fundamento Lei n. 14.133/2021 e suas posteriores alterações bem como Item 12 e seguintes do Edital em referência, apresentar suas **RAZÕES DE RECURSO contra a DESCLASSIFICAÇÃO da ora Recorrente** do certame em referência, pelas razões de fato e de direito abaixo expostas:

**I- DA TEMPESTIVIDADE RECURSAL**

Cumpre destacar que o presente recurso é tempestivo, tendo em vista que a decisão proferida pelo Ilmo. Sr. Pregoeiro foi registrada no Relatório do Pregão em **31 de julho de 2025 (31/07/25)**.

Nos termos da Lei nº 14.133/2021, é facultado ao licitante o prazo de **três dias úteis** para apresentação das razões recursais, contados da interposição do recurso.

Assim, o prazo final para a apresentação deste recurso recai em **05 de agosto de 2025 05/08/25)**, o que demonstra sua **plena tempestividade**.

## II – DAS RAZÕES DO RECURSO

Após a etapa de lances, com a desclassificação da empresa ROVEMA Locadora de Veículos Ltda., a Recorrente, **TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.A.**, segunda colocada no certame, foi regularmente convocada para apresentação da proposta de preços definitiva, acompanhada da comprovação das especificações técnicas exigidas no edital e seus anexos.

A proposta foi apresentada nos moldes solicitados, porém, para surpresa da Recorrente, **foi desclassificada** por suposto descumprimento ao edital, especialmente quanto às especificações dos **Anexos II (rádio transceptor) e IV (câmeras fixas)**.

Pelo participante 60.924.040/0001-51	24/06/2025 às 12:35:46	Entendido.
Pelo participante 60.924.040/0001-51	24/06/2025 às 13:44:04	O item 3 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 13:44:04 de 24/06/2025. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor <b>TB</b> SERVICOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A., CNPJ 60.924.040/0001-51.
Sistema para o participante 60.924.040/0001-51	01/07/2025 às 10:06:23	Bom dia Senhor Licitante. Encontra-se logado?
Pelo participante 60.924.040/0001-51	01/07/2025 às 10:06:46	Bom dia!
Sistema para o participante 60.924.040/0001-51	01/07/2025 às 10:10:26	Nos termos do Parecer Técnico das Propostas divulgado no quadro de avisos deste sistema, como também, no site SUPEL, a proposta para o item 3, a Secretaria demandante informa que “opina-se pela rejeição da proposta”.
Sistema para o participante 60.924.040/0001-51	01/07/2025 às 10:11:49	Logo, em consonância com o Parecer Técnico, esta Pregoeira decidirá pela desclassificação da proposta de preços apresentada por vossa empresa.

Por consequência, **todas as demais empresas também foram desclassificadas ou inabilitadas** e o **pregão foi declarado fracassado**.

A licitação deve ser processada em estrita obediência aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, especialmente os da **legalidade, vinculação ao instrumento convocatório, isonomia, julgamento objetivo, economicidade e eficiência**.

Nesse sentido, é oportuno citar **Celso Antônio Bandeira de Mello**:

*“O princípio da legalidade, no Brasil, significa que a Administração nada pode fazer senão o que a lei determina. Ao contrário dos particulares, os quais podem fazer tudo o que a lei não proíbe, a Administração só pode fazer o que a lei antecipadamente autorize.”*

E também **Hely Lopes Meirelles**, ao dispor sobre a vinculação ao edital:

*“Estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o órgão ou entidade licitadora.”*

Portanto, é obrigação da Administração aplicar de forma objetiva os critérios estabelecidos no instrumento convocatório e, igualmente, **não desclassificar propostas que estejam em conformidade com as exigências legais e editalícias**, sob pena de **comprometer a legalidade e a eficiência da contratação**.

## **II – DO MÉRITO**

### **a) DA DECISÃO RECORRIDA**

A Recorrente foi desclassificada sob o fundamento de **não atendimento às especificações técnicas dos Anexos II (rádio transceptor) e IV (câmeras fixas)**.

### **b) DA REGULARIDADE DA PROPOSTA**

A decisão de desclassificação carece de fundamentação técnica suficiente e desconsidera os seguintes elementos:

- A proposta apresentada **contempla integralmente todas as exigências do edital**, inclusive os itens dos Anexos I a IV;
- Foram anexadas **especificações técnicas e imagens ilustrativas** dos equipamentos exigidos, inclusive do **rádio transceptor** e das **câmeras fixas**;
- O **fabricante das adaptações forneceu laudo técnico** atestando o **pleno atendimento aos requisitos técnicos exigidos** nos Anexos II e IV, com a descrição dos modelos, funcionalidades e compatibilidade com a aplicação policial;
- O **laudo técnico constitui prova objetiva, válida e suficiente** da adequação dos itens ofertados ao edital.

#### **✓ Laudos técnicos anexados:**

O fabricante dos **rádios transceptores** atesta, por meio de laudo técnico próprio, que os equipamentos **atendem integralmente às especificações técnicas exigidas no edital** (laudo anexo):

### **Conclusão Técnica**

Com base na análise realizada, confirmamos que o **ICOM IC-F7510** **atende plenamente a todas as exigências técnicas do edital**, compreendendo:

- Requisitos **elétricos, operacionais, ambientais** e de **certificação**
- Integração com sistemas e infraestrutura já existentes
- Nível de robustez superior ao exigido

Em relação às **câmeras integradas**, o fabricante também declara expressamente que os equipamentos fornecidos **estão em conformidade com os requisitos do Anexo IV**:

### **3. Conclusão**

Este sistema de monitoramento é uma solução completa para aplicações de segurança veicular e vigilância, oferecendo alta definição de vídeo, análise comportamental por IA, reconhecimento facial e alertas de segurança em tempo real. Sua arquitetura modular e interfaces diversificadas permitem integração flexível em diferentes cenários operacionais.

#### **Aplicações recomendadas:**

- Monitoramento de frotas;
- Segurança veicular;
- Vigilância predial e industrial;
- Controle de acesso por reconhecimento facial.

Assim, não há dúvidas que os equipamentos ofertados e comprovados pela Recorrente atendem ao exigido no edital em sua plenitude.

Importante observar que, nos termos do **Item 12.8 do edital**, é plenamente possível que a equipe técnica realize **diligências para esclarecimentos ou complementações**, antes de decidir pela desclassificação de uma proposta.

A própria **Lei nº 14.133/2021**, em seu art. 64, confere à Administração o dever-poder de promover diligências com vistas à obtenção de dados que complementem a análise da proposta.

Note-se, no caso da Recorrente, esta não deixou de juntar os documentos necessários, apenas o julgador entendeu que não foram suficientes para sua aceitação, diferente da primeira colocada ROVEMA que deixou de incluir documentos comprobatórios das especificações técnicas.

Neste caso, se houvesse qualquer dúvida quanto ao conteúdo da proposta da Recorrente, o mais razoável e proporcional teria sido a solicitação de esclarecimentos complementares, o que não ocorreu.

12.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

12.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

Cumprе destacar que, com a desclassificação de todas as empresas participantes, inclusive a ora Recorrente, o certame foi declarado fracassado.

Tal cenário demanda análise mais cautelosa e proporcional da proposta da Recorrente, especialmente considerando:

- Que **eventuais dúvidas técnicas poderiam ter sido sanadas mediante diligência** (art. 64 da Lei nº 14.133/2021), sem necessidade de exclusão sumária da proposta;
- Que o **fracasso do certame pode resultar em prejuízo ao interesse público e aumento de custos ao erário**, caso seja necessária nova licitação;
- Que a **revisão da desclassificação da Recorrente pode evitar tais consequências**, oportunizando o regular prosseguimento da contratação, sem qualquer ofensa aos princípios da isonomia, legalidade ou vinculação ao instrumento convocatório.

Diante desse cenário, é necessário revisar a decisão de desclassificação da Recorrente, a fim de permitir a continuidade do certame e evitar prejuízos ao interesse público.

### III – DOS PRINCÍPIOS APLICÁVEIS

A manutenção da desclassificação sem esgotar os meios de verificação da proposta viola os princípios da:

- **Proporcionalidade e razoabilidade**, ao desconsiderar documentação técnica e laudo do fabricante;
- **Isonomia e ampla concorrência**, pois impede que uma proposta tecnicamente viável prossiga;
- **Eficiência e economicidade**, uma vez que o fracasso do certame pode gerar custos adicionais desnecessários à Administração Pública.

#### IV – CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. O **conhecimento e provimento deste recurso administrativo**, com a consequente revisão da decisão de desclassificação da proposta da Recorrente;
2. A aceitação dos laudos técnicos apresentados pelo fabricante como meio hábil para comprovação do atendimento às exigências dos Anexos II e IV;
3. Caso Vossa Senhoria entenda necessário, a realização de diligência técnica, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e do item 12.8 do edital;
4. **A reabilitação da proposta da Recorrente, permitindo o seu regular prosseguimento no certame, evitando o fracasso definitivo da licitação e os consequentes prejuízos ao erário.**

#### V– DO PEDIDO

Por todo o exposto, é a presente para REQUERER a V.Sa. seja recebido e acolhido o presente recurso para

1 – Julgar totalmente **PROCEDENTE** o recurso interposto pela Recorrente, **reabilitando a proposta da Recorrente, permitindo o seu regular prosseguimento no certame, evitando o fracasso definitivo da licitação e os consequentes prejuízos ao erário.**

Termos em que,

Pede Deferimento.

São Paulo, 05 de agosto de 2025.

NESTERSON DA  
SILVA  
GOMES:140536  
88884

Assinado de forma  
digital por NESTERSON  
DA SILVA  
GOMES:14053688884  
Dados: 2025.08.05  
15:05:07 -03'00'

**TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.A.**  
**CNPJ n. 60.924.040/0001-51**

Nesterson da Silva Gomes  
Diretor

## ANÁLISE TÉCNICA DA EMPRESA – MODELO ICOM IC-F7510

### Ref.: Atendimento às Especificações do Edital – ANEXO II

Prezados Senhores,

Em atenção ao processo licitatório em epígrafe, apresentamos a seguir a **análise técnica do rádio transceptor ICOM IC-F7510**, demonstrando seu **pleno atendimento às exigências do edital**, conforme previsto no **ANEXO II do Termo de Referência**, com destaque para os principais requisitos.

---

#### ✅ Principais itens do edital atendidos pelo ICOM IC-F7510

##### 📦 Composição física exigida:

- Rádio transceptor VHF/FM ..... ✓
- Microfone de mão com cabo espiralado e suporte da mesma marca ... ✓
- Cabo de alimentação e suporte de fixação ..... ✓
- Antena 5/8 de onda ..... ✓ *(item externo, deverá ser instalado)*
- Kit de programação (software + cabo) ..... ✓

---

##### 🔧 Especificações Técnicas (Capítulos 2 e 6 – ANEXO II):

- Compatível com o padrão APCO-25 – Fase 1 ..... ✓
- Faixa de frequência: 136–174 MHz ..... ✓ *(o edital exige 148–174 MHz; o modelo cobre toda a faixa)*
- Potência mínima de transmissão: 45W ..... ✓ *(ICOM entrega 50W)*
- Operação em modo analógico e digital ..... ✓
- Emissão: 16K0F3E, 11K0F3E, 8K10F1E, etc. .... ✓
- Espaçamento de canal programável em 12,5 e 30 kHz ..... ✓
- Vocoder IMBE ..... ✓
- Operação simplex e semi-duplex ..... ✓
- Chamada de emergência, seletiva, de grupo ..... ✓
- Teclas programáveis (mínimo 4) ..... ✓ *(ICOM possui várias)*
- Envio de ID eletrônico ..... ✓

---

##### 🛡️ Proteções e robustez:

- Contra variações de impedância da antena ..... ✓
  - Contra acionamento contínuo do transmissor ..... ✓
  - Gabinete vedado (IP55) contra umidade e respingos ..... ✓
  - Compatível com vibração veicular ..... ✓ (MIL-STD-810G)
  - Conectores banhados e proteção contra corrosão ..... ✓
- 

#### **Certificações e requisitos legais:**

- Homologação ANATEL ..... ✓ (modelo homologado)
  - Número de série gravado no equipamento ..... ✓
  - Compatível com consoles e centro integrado ..... ✓ (infraestrutura P25 convencional)
- 

#### **Grau de Proteção (IP e resistência mecânica)**

O edital exige:

- Vedação contra umidade e respingos de chuva
- Funcionamento sob vibração mecânica (veículos/motociclos)

**ICOM IC-F7510 atende e supera:**

- Proteção IP55 (poeira e jatos d'água) ✓
  - Padrão militar MIL-STD-810G ✓ (resistência a choque, vibração e ambientes agressivos)
- 

#### **Conclusão Técnica**







Com base na análise realizada, confirmamos que o **ICOM IC-F7510 atende plenamente a todas as exigências técnicas do edital**, compreendendo:

- Requisitos **elétricos, operacionais, ambientais** e de **certificação**
- Integração com sistemas e infraestrutura já existentes
- Nível de robustez superior ao exigido

**Diferenciais que superam as exigências:**

- Capacidade de **1024 canais / 128 zonas**
- **Bluetooth integrado**
- **Gravação de voz interna**
- Suporte a **cartão microSD**
- **GPS interno** com licença ISL-P25DS

 **Pontos que podem gerar dúvida – mas são atendidos:**

Exigência	Detalhamento do edital	ICOM IC-F7510	Situação
Faixa de frequência VHF	148 a 174 MHz	136 a 174 MHz	 Atende
Compatibilidade com APCO-25 Fase 1	Obrigatória para digital	P25 Fase 1 Convencional	 Atende
Grau de proteção e robustez	Vedação e vibração	IP55 + MIL-STD-810G	 Atende
Teclas programáveis	Mínimo de 4	Possui mais de 4	 Atende
Homologação ANATEL	Obrigatória	Possui (modelo nacional homologado)	 Atende
Compatibilidade com consoles existentes	Integração com centro de comando	Compatível com padrão P25 convencional	 Atende

 **Conclusão Final**

A análise técnica confirma que o modelo **ICOM IC-F7510** **atende integralmente a todas as exigências** previstas no edital.

**Não há nenhuma exigência técnica obrigatória que deixe de ser cumprida.**

Em caso de questionamentos, destacamos que:

- A faixa exigida (148–174 MHz) está **coberta integralmente** pela faixa de operação do equipamento (136–174 MHz);
- O modelo é **P25 Fase 1 convencional**, exatamente como requerido (o edital **não exige trunking**).

Assim, reiteramos a **total compatibilidade do modelo proposto com os requisitos técnicos do certame**.

Desde já agradeço e me coloco a disposição,

Att  
Nilda Souza  
11-99276-0504  
[nilda@stocktotal.com.br](mailto:nilda@stocktotal.com.br)

# Rádio Móvel Troncalizado P25 Fase 1/2 Robustecido e com Áudio Superior

Com um display LCD colorido de alta visibilidade, interface de usuário aprimorada e um áudio de qualidade alto e claro, tudo isso em um equipamento robustecido, os rádios da série IC-F7510 atendem aos protocolos de troncalização P25 Fase 1 e Fase 2. Receptor GPS, Bluetooth®, gravador de voz e slot para cartão microSD trazem ainda um novo conjunto de funções inovadoras e inteligentes.

**P25 Fase 1 convencional, troncalizada e P25 Fase 2 troncalizada\***

**Display LCD colorido de alta visibilidade**

**Certificado DHS P25 CAP (TIA-102) compatível com múltiplos vendedores**

**Bluetooth integrado, gravador de voz e pacote de dados P25 (GPS)**

**Compatível FIPS 140-2  
Encriptação AES\***

**Grau de proteção IP55**

**P25 voting scan (P25 convencional)\***

**Vocoder AMBE+2™ aprimorado**

**Capacidade de até 1024 canais com 128 zonas**

**Dupla cabeça de controle opcional e configurações COMMANDMIC™**

\* Licença requerida

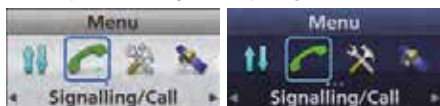


IC-F7510



### ■ Funções Gerais

- Versões 136–174, 380–470, 450–512, 450–520 MHz
- 1024 canais / 128 zonas
- Display LCD colorido de alta resolução e interface intuitiva
- Botão de função de 4 direções
- Display com função Day/Night



Exemplo da função Day/Night

- Normas MIL-STD-810 G
- Grau de Proteção IP55
- Programação opcional do painel frontal (Licença ISL-P25FP requerida)
- DTMF

### ■ Modo de Operação

- P25 Fase 1 Convencional
- P25 Fase 2 Troncalizada (Licença ISL-P25TR requerida)
- P25 Fase 2 Troncalizada (Licenças ISL-P25P2 e ISL-P25TR requeridas)
- Analógico
- Analógico/Digital

### ■ Funções Digitais (Voz e Dados)

- Programação OTAP (Somente convencional) (Software de gerenciamento CS-OTPM2 requerido)
- Chamada Individual e de Grupo
- Identificador de Usuário e de Grupo no display (recepção)
- Atualização de Status e Status Query
- Mensagens curtas (Até 100 caracteres)
- Posição GPS e Transmissão de dados transparente (Licença ISL-P25DS e antena GPS UX-241 requeridas)
- Chamada de Alerta
- Lista de contatos
- Log de chamada

### ■ Funções Analógicas

- CTCSS e DTCS
- 2-Tone
- Funções MDC

### ■ Segurança e Proteção

- Placa opcional UT-125FIPS FIPS 140-2 compatível com Encriptação AES/DES e placa UT-134 não-FIPS AES/DES (licença ISL-P25AES requerida)
- Alteração da chave de encriptação pelo ar (OTAR)
- Scrambler de voz analógico (32 códigos)
- Senha para ligar
- Configuração de Grupo Tático temporário
- Funções de Radio Stun/Kill/Revive (Adormecer/Matar/Reviver)
- Monitor remoto
- Radio check
- Desligamento de emergência
- Botão de Emergência
- Trabalhador solitário
- Chave do Sistema Avançado protege o radio de programações não autorizadas (sistema troncalizado)

### ■ Funções Scan

- Scan prioritário • Scan de grupo
- Scan de Voting para seleção automática do melhor site de comunicação (licença ISL-P25VS requerida)

### ■ Funções Voz/Áudio

- Anúncio de voz (canal e zona)
- Função VOX para operações mãos-livres
- Gravação/Reprodução de voz salva em cartão microSD (Até 500 horas com cartão de 32GB) (Cartão não acompanha o equipamento)
- Cancelamento de ruído ativo TX/RX
- Equalizador de áudio TX/RX
- Áudio inteligente
- Bipe de toque programável

### ■ Funções do Hardware

- Bluetooth® integrado (Versão 2.1 + EDR) para áudio e dados sem fio
- Compatível com acessórios de áudio BT de outras marcas
- Programação via Bluetooth®
- Conector USB para transferência de dados ou por leitura do cartão microSD
- Conector D-SUB programável para PTT externo, canal, buzina, alto falante externo, chave de ignição e controle dimerizável
- Relógio interno com ajuste automático
- Alerta de baixa voltagem
- Opcional: Cabeça de controle, dupla cabeça de controle ou microfone COMMANDMIC™
- Função Intercom entre dupla cabeça de controle ou COMMANDMIC™

		IC-F7510	IC-F7520
GERAIS			
Faixa de Frequência* (* Depende da versão)		136–174 MHz	380–470 MHz, 450–512 MHz, 450–520 MHz
Número de Canais		1024 canais / 128 zonas	
Tipo de Emissão* (* Depende da versão)		16K0F3E*1, 11K0F3E, 8K50F3E, 8K10F1E/F1D, 8K10F1W	
Alimentação requerida		13.6 VDC nominal	
Consumo (aprox.)	TX	14.0 A (50 W)	14.0 A (45 W)
	RX	1.2 A /400 mA (Max. áudio (alto falante externo)/Standby)	
Impedância		50 Ω	
Temperatura de Operação		–30 °C to +60 °C, –22 °F to +140 °F	
Dimensões (L x A x P)		174 x 55 x 150 mm, 6.9 x 2.2 x 5.9 in	
Peso (aprox.)		1500 g, 3.3 lb	
TRANSMISSOR			
Potência de Saída (Alta, Baixa 2, Baixa 1)		50 W, 25 W, 5 W	45 W, 25 W, 5 W
Estabilidade de Frequência		±1.0 ppm	
Emissão de espúrios		80 dB típica	
Erro de FSK		1% típica (C4FM), 3% típica (H-CPM)	
Máximo desvio de frequência		±5.0 kHz (@25 kHz), ±2.5 kHz (@12.5 kHz)	
Interferência e Ruído		55 dB typ. (@25 kHz), 55 dB típica (@12.5 kHz)	
Distorção de áudio		0.5% típica (AF 1kHz 40% desvio)	
RECEPTOR			
Sensibilidade	Digital (5% BER)	0.22 µV típica (@C4FM, H-DQPSK)	0.22 µV típica (@25/12.5 kHz)
	Analogico (12 dB SINAD)	0.22 µV típica (@25/12.5 kHz)	0.22 µV típica (@25/12.5 kHz)
Seletividade de canal adjacente	Digital	63 dB típica (@C4FM, TIA-102) 63 dB típica (@H-DQPSK, TIA-102)	63 dB típica (@C4FM, TIA-102) 60 dB típica (@H-DQPSK, TIA-102)
	Analogico	80/57 dB típica (@25/12.5 kHz, TIA-603B), 80/76 dB típica (@25/12.5 kHz, TIA-603)	75/57 dB típica (@25/12.5 kHz, TIA-603B), 75/75 dB típica (@25/12.5 kHz, TIA-603)
Rejeição de espúrios		80 dB típica	80 dB típica
Intermodulação	Digital	77 dB típica	75 dB típica
	Analogico	77 dB típica	75 dB típica
Áudio nominal	AF Interno	4.0 W típica 5% de distorção com carga de 4 Ω	
	AF Externo	4.0 W típica 5% de distorção com carga de 4 Ω	

Medições realizadas de acordo com TIA-102 (P25), TIA-603 (FM Wide/narrow).

As especificações estão sujeitas a alteração sem aviso prévio.

\*Licença ISL-P25W requerida para o espaçamento de 25 kHz nas operações com equipamentos versão EUA.

#### PADRÕES MILITARES E GRAU DE PROTEÇÃO IP

	MIL 810G	
	Method	Procedure
Baixa Pressão	500.5	I, II
Alta Temperatura	501.5	I, II
Baixa Temperatura	502.5	I, II
Choque Térmico	503.5	I-C
Radiação Solar	505.5	I
Chuva de vento	506.5	I, III
Umidade	507.5	II
Nevoeiro	509.5	–
Poeira	510.5	I
Vibração	514.6	I
Queda	516.6	I, IV

Também atende aos padrões MIL-STD-810-C, -D, -E and -F.

Padrão de Proteção IP	
Pó e Água	IP55

#### Acessórios fornecidos: (Pode sofrer alteração a depender da versão)

- Microfone de mão, HM-220
- Cabo de alimentação
- Suporte de fixação do rádio
- Suporte de fixação do microfone

Icom, Icom Inc. e a logomarca Icom são marcas registradas da Icom Incorporated (Japan) no Japão, Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Rússia, Austrália, Nova Zelândia e outros países. COMMANDMIC é uma marca registrada da Icom Incorporated.

**Icom Inc.** 1-1-32, Kamiminami, Hirano-Ku, Osaka 547-0003, Japan Phone: +81 (06) 6793 5302 Fax: +81 (06) 6793 0013

**www.icomamerica.com Conte conosco!**

**Icom America Inc.**  
www.icomamerica.com

**Icom (Europe) GmbH**  
www.icomeurope.com

**Icom (Australia) Pty. Ltd.**  
www.icom.net.au

Logomarca do Distribuidor local:

**Icom Canada**  
www.icomcanada.com

**Icom Spain S.L.**  
www.icomspain.com

**Shanghai Icom Ltd.**  
www.bjicom.com

**Icom Brazil**  
E-mail: sales@icombrasil.com

**Icom (UK) Ltd.**  
www.icomuk.co.uk

**Icom France s.a.s.**  
www.icom-france.com

# Sistema de Monitoramento Avançado com Recursos de IA e Detecção de Eventos



## 1. Visão Geral

O sistema de monitoramento descrito é uma solução robusta e multifuncional, projetada para aplicações de segurança e gestão de frotas, combinando tecnologias de vídeo em alta definição (HDCVI, AHD, HDTVI, IP e analógico), detecção de eventos baseada em Inteligência Artificial (IA), reconhecimento facial, detecção de fadiga (DSM) e prevenção de colisões (ADAS).

## 2. Especificações Técnicas

### 2.1. Resoluções e Formatos de Gravação

#### Stream Principal

Tecnologia	Resoluções Suportadas	Taxa de Quadros (FPS)
HDCVI/AHD/HDTVI	1920×1080 (1080P), 960×1080 (1080N), 1280×720 (720P)	30 FPS
IP	2592×1944 (5MP), 2688×1520 (4MP), 2304×1296 (3MP), 1920×1080 (1080P), 1280×960 (1.3M), 1280×720 (720P)	30 FPS
Analógico	960×480 (960H), 704×480 (D1), 352×240 (CIF)	30 FPS

#### Stream Secundária (Extra)

Tecnologia	Resoluções Suportadas	Taxa de Quadros (FPS)
HDCVI/AHD/HDTVI	704×480 (D1), 352×240 (CIF)	15 FPS
IP	704×480 (D1), 640×480 (VGA), 352×240 (CIF)	30 FPS
Analógico	704×480 (D1), 352×240 (CIF)	15 FPS

- Qualidade de Vídeo: Ajustável em 1-6 níveis.
- Modos de Busca: Por data/hora, canal ou evento.

## **2.2. Detecção de Vídeo e Eventos**

- **Eventos Acionáveis:**
  - Gravação contínua ou por evento;
  - Movimento PTZ (Pan-Tilt-Zoom);
  - Tour automático entre câmeras;
  - Notificação por e-mail;
  - Captura de foto;
  - Ativação de buzzer;
  - Pop-up em tela e alarme sonoro.
- **Detecções Automáticas:**
  - Detecção de Movimento (área configurável);
  - Perda de Vídeo (alerta em caso de falha na transmissão);
  - Mascaramento (bloqueio de regiões específicas da imagem).

## **2.3. Localização e Rastreamento**

- **GPS/GLONASS:**
  - Geolocalização em tempo real;
  - Detecção de velocidade;
  - Sincronização horária automática.

## **2.4. Detecção de Fadiga (DSM) e Colisão (ADAS)**

### **Driver State Monitoring (DSM)**

- **Eventos Detectados:**
  - Olhos fechados;
  - Bocejo;
  - Distração (desvio de olhar);
  - Uso de cinto de segurança;

- Uso de cigarro;
- Uso de celular;
- Óculos de sol (bloqueio de leitura ocular);
- Ausência de motorista;
- Bloqueio da câmera (mascaramento).

### **Advanced Driver Assistance System (ADAS)**

- **Eventos Detectados:**
  - Distância próxima (alerta de proximidade);
  - Risco de colisão frontal ou traseira;
  - Troca de faixa sem sinalização.

## **2.5. Detecção e Reconhecimento Facial**

### **Detecção de Atributos Faciais**

- **Atributos Suportados (mínimo 6):**
  - Gênero;
  - Faixa etária (idade estimada);
  - Uso de óculos;
  - Presença de barba;
  - Uso de máscara;
  - Expressão facial.

### **Reconhecimento Facial**

- **Capacidade:**
  - 1 canal IP ou 1 canal analógico (DSM);
  - Processamento mínimo de 4 faces por segundo;
  - Banco de dados com 400 faces, dividido em até 2 bancos.

## **2.6. Armazenamento**

- **Cartão SD:**
  - Suporte a 2 cartões SD (até 256GB cada, totalizando 512GB).

## 2.7. Interfaces e Conectividade

Interface	Especificações
Rede	1 porta RJ45 (100 Mbps)
USB	1 porta USB 2.0 (frontal + 1 via cabo estendido)
RS-232	1 porta (opcional com cabo estendido)
RS-485	1 porta (opcional com acessório)
Sensores	6 entradas digitais, 2 saídas (1 saída controlada 12VDC 0,5A)
Velocidade	1 entrada para sensor de velocidade analógico (pulso) e/ou alarme

## 3. Conclusão

Este sistema de monitoramento é uma solução completa para aplicações de segurança veicular e vigilância, oferecendo alta definição de vídeo, análise comportamental por IA, reconhecimento facial e alertas de segurança em tempo real. Sua arquitetura modular e interfaces diversificadas permitem integração flexível em diferentes cenários operacionais.

### Aplicações recomendadas:

- Monitoramento de frotas;
- Segurança veicular;
- Vigilância predial e industrial;
- Controle de acesso por reconhecimento facial.



## MDVR H1

- Entrada de vídeo de 1080p para até 4 canais;
- Suporta 2 SD card até 256GB para armazenamento;
- Formato de vídeo H.265/H.264;
- Saída de vídeo;
- LED sinalizador de status;
- Design robusto: gabinete em alumínio fundido;
- Chave de proteção do cartão SD;

## Monitor 7" QUAD OM7000 FullHD

- Compacto e de fácil instalação;
- Embutido ou com suporte;
- Controle remoto incluso;
- Tamanho: 7 polegadas;
- Resolução: 1024 x 600;
- Alimentação: 12V ou 24V;
- Tecnologia de iluminação: IPS;
- Formato da tela: Widescreen;
- Entrada de Vídeo: 4 AHD ou Analógica;
- Resolução máxima das câmeras: 1920 x 1080;
- Grau de proteção: IP20;
- Conectores Aviation M12.



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DA SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DE  
COMPRAS E LICITAÇÕES – SUPEL/RO.**

**Pregão Eletrônico nº 90462/2024/SUPEL/RO**

A empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A**, inscrita no CNPJ sob n.º 60.924.040/0001-51, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima n. 1912, 15 andar, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, vem, respeitosamente à presença de V.Sa. para com fundamento Lei n. 14.133/2021 e suas posteriores alterações bem como Item 12 e seguintes do Edital em referência, apresentar suas **CONTRARRAZÕES** ao Recurso interposto pela Licitante **Reche Galdeano & Cia Ltda.**, em razão de sua inabilitação, calcado nas alegações de fato e de direito que passa a expor:

**1. DOS FATOS**

Trata-se de Pregão Eletrônico que objetiva a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital**

Consoante ata do Pregão Eletrônico realizado em 15/07/2025, a Recorrente, fora declarada INABILITADA por não cumprir integralmente o disposto no Item 30.5 do Edital, uma vez que os atestados apresentados não contemplavam que a empresa tivesse capacidade

técnica que envolvesse serviços de locação de viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório.

Inconformada com a r. decisão proferida por Vossa Senhoria, a Recorrente, interpôs recurso administrativo, objetivando que seja reconsiderada a decisão do Sr. Pregoeiro para que o Recorrente seja declarado habilitado.

Para tanto, alega, em síntese atende ao edital uma vez que “tem experiência em locação de veículos e que exigir dos licitantes a comprovação de aptidão de serviços similares aos exigidos no Edital demonstra direcionamento do Edital”.

Ora, o inconformismo não procede, conforme restará demonstrado a seguir, devendo, portanto, ser mantida a decisão de Vossa Senhoria que declarou a Recorrente inabilitada, uma vez que os documentos apresentados estavam em desconformidade aos exigidos no Edital.

## **2. DO DIREITO**

Primeiramente, insta destacar que as normas vigentes impõem à Administração Pública que para se contratar, em regra, deverá ser instaurado procedimento licitatório, a fim de assegurar a igualdade de competição entre os concorrentes e o devido processo legal, ambos respaldados nos princípios do contraditório e pela ampla defesa.

Neste diapasão, o edital torna-se lei entre as partes, e assim sendo, as licitantes que deixarem de atender os requisitos estabelecidos no edital estarão sujeitas a não serem admitidas, declaradas incapazes ou desclassificadas.

Nesse sentido leciona o ilustre Doutrinador José dos Santos Carvalho Filho:

*“O edital traduz uma verdadeira lei porque subordina administradores e administrados às regras que estabelece. Para a Administração, desse modo, **o edital é ato vinculado e não pode ser desrespeitado por seus agentes**.” (in Manual de Direito Administrativo.14.ed., Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005, p. 226) – sem grifo no texto original.*

E, ainda, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça:

*“O edital é elemento fundamental do procedimento licitatório. **Ele é que fixa as condições de realização da licitação**, determina o seu objeto, discrimina as garantias e os deveres de ambas as partes, **regulando todo o certame público**.” (RMS nº 10.847/MA, 2ª T., rel. Min. Laurita Vaz, j. em 27.11.2001, DJ de 18.02.2002) – sem grifo no texto original.*

Ora, se o Edital regula todo o certame público, as licitantes deverão estudá-lo minuciosamente para apresentar suas propostas e documentos, ao passo que, a Administração Pública deverá verificá-las, assim como as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e a qualidade dos bens e/ou serviços oferecidos pelas empresas, a fim de apurar se estão de acordo com os requisitos constantes do instrumento convocatório.

No caso em tela, o Edital do Pregão Eletrônico nº 90462/2024 dispõe que:

“30.5. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

30.6. A qualificação técnica será exigida em conformidade o Art. 67 da Lei nº 14.133/21.

...

30.6.1. *Para fins de aferimento da qualificação técnica, os licitantes interessados em participar do certame deverão apresentar comprovação de apresentar comprovação de aptidão **para o fornecimento de bens similares, de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto** desta contratação, ou item pertinente, por meio de apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito privado ou público, ou regularmente emitidos por conselho profissional competente, quando for o caso.*

30.6.2. *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os Atestados de Capacidade Técnica deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

30.6.3. ***Compatibilidade em características: os atestados devem contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, material de consumo e permanente, conforme quadro do item 11 deste Termo de Referência.***

...

30.6.5. Além de:

*I - Apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou **serviço de características semelhantes**, para fins de contratação.*

*... (Grifos nossos)*

Da análise dos atestados apresentados pela **Recorrente**, verifica-se que eles não comprovam a aptidão para os serviços de locação de veículos adaptados para viatura policial, com cela e demais especificações exigidas para a execução dos serviços objeto da licitação.

**Não há como aceitar os atestados fornecidos para comprovar a experiência e qualificação técnica para o desempenho das atividades e serviços exigidos no Edital vez que estes exigem complexidade no atendimento a todos os itens especificados no objeto e Anexo I - Termo de Referência.**

Assim, **não** há como considerar atendido o requisito previsto no edital de prova de experiência anterior em serviços de locação de veículos adaptados, previsto no item 30.5 do Edital.

Importante frisar, diferente do que alega o Recorrente, há muita diferença na execução de serviços de locação veículos simples para locação de locação.

Feitas tais considerações, passamos a analisar os atestados de capacidade técnica fornecidos pelo Recorrente:

1 – Distrito indígena Roraima – locação de veículos simples.

2 – Companhia de Águas e esgotos de Rondônia – locação de veículos simples.

3 – **Governo Estado de Roraima** – locação de veículos simples.

4 – **Instituto Municipal de Mobilidade Urbana** – locação de veículos simples.

5 – **Governo Estado de Roraima** – locação de veículos simples.

4 – **Governo do Estado do Amazonas** – locação de veículos simples.

Assim, os atestados apresentados deixaram de comprovar experiência na execução dos serviços de LOCAÇÃO DE VEÍCULOS ADAPTADOS PARA VIATURA POLICIAL nas especificações exigidas no Edital.

Na definição do ilustre doutrinador Marçal Justen Filho, a qualificação técnica *“em termos sumários, consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado”*.

Os requisitos técnicos que podem ou devem ser exigidos para habilitação de licitantes visam, nada mais, que garantir a condição destes de executar o objeto licitado, caso a caso, em face das circunstâncias e peculiaridades do interesse público.

Não por outra razão, nas palavras do preclaro professor Adilson Abreu Dallari, *“(...) só se pode exigir, e não se pode deixar de exigir, tudo aquilo que figurar como exigência ou condição de habilitação no edital da concorrência”*.

A capacidade técnico-operacional consiste naquela relativa à pessoa jurídica licitante de executar objeto similar e compatível com o licitado. Presume-se tal capacidade dos atestados técnicos apresentados, como comprovação de sua ‘experiência anterior’ neste sentido.

Em especial nas obrigações –como o caso em tela, serviços de locação de veículos adaptados para viatura policial–, o que importa é averiguar, da comprovação de experiência anterior do licitante, não só a capacidade de execução do objeto licitado, mas a habilidade em fazê-lo.

E tais requisitos restaram não atendidos com a apresentação dos citados atestados que de longe guarda similaridade ou pertinência com o objeto licitado.

Importante frisar, que a licitação é um procedimento formal, a qual visa basicamente a vinculação da Administração a prescrições legais, reafirma a submissão da Administração ao princípio da legalidade inscrito no art. 37, *caput* da CF. Também acaba por reafirmar a incidência do princípio da vinculação ao edital.

A formalidade tem sua incidência no sentido de assegurar a igualdade, a moralidade, a probidade, a impessoalidade, entre outros aspectos a serem preservados e atendidos pela Administração.

Ressalte-se não constituir mero formalismo, ou seja, apenas culto à forma, pois o reconhecimento de nulidades dar-se-á nas hipóteses em que comprovadamente haja

danos para as partes, principalmente nas situações que porventura frustrem o caráter competitivo do certame.

Extremamente relevante que a doutrina considera como princípio básico, denominando o edital como **lei interna da licitação**, que vincula as partes e a Administração.

Desta forma, resta claro, mais uma vez, que a Recorrente, não atendeu ao quanto exigido no edital para fins de habilitação, razão pela qual a sua inabilitação deve ser mantida.

Como anteriormente demonstrado, ao inabilitar a licitante Reche Galdeano, a Administração cumpriu o disposto na Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), pois vinculou a decisão nos ditames do ato convocatório, atendendo aos princípios da legalidade e da vinculação ao Edital.

Oportuno salientar que tais normas decorrem do disposto no art. 37, XXI, da Carta Constitucional de 1988, a saber:

*“XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.”*

O Edital, uma vez autorizado pela autoridade competente, aprovado pelo órgão jurídico consultivo, e publicado para o conhecimento geral dos interessados, e após a fase destinada ao recebimento e julgamento de possíveis impugnações, presume-se livre de cláusulas inúteis.

Impossível optar por exigir ou não o cumprimento desta ou daquela exigência do edital, porque os licitantes e administração estão vinculados aos seus termos. O princípio da vinculação ao edital encontra base na lei e na Constituição, sendo certo que não se pode simplesmente desconsiderar exigências de habilitação em prol de uma suposta vantagem econômica.

“Até porque essas aparentes “vantagens econômicas” que geralmente motivam o Pregoeiro e as Comissões de Licitação a passarem por cima das normas do edital, quando obtidas com o sacrifício de requisitos essenciais de prestação regular dos serviços licitados, **como é o caso da presente licitação, SEMPRE** se convertem em amargos prejuízos para a Administração e, principalmente, para o interesse público, no decorrer da malfadada execução contratual, como tantas vezes já se testemunhou neste País.”

Por isso, não se pode relevar o descumprimento das exigências de habilitação da licitante **Reche Galdeano, ora Recorrente**, pois, tais falhas pela referida licitante impõem, por força do Edital e da Lei, a sua irremediável inabilitação neste Pregão Eletrônico. Qualquer decisão em sentido contrário acarreta sua nulidade uma vez que consiste em afronta à legislação e inobservância do instrumento convocatório.

Nesse passo, é evidente o acerto de Vossa Senhoria ao proferir a decisão que implicou na inabilitação da licitante mencionada acima, já que não conseguiu demonstrar aptidão técnica operacional para execução dos serviços.

Em face do acerto da decisão de Vossa Senhoria e da C. Comissão que compõe, necessário se faz o **NÃO ACATAMENTO** do recurso apresentado pela empresa **RECHE GALDEANO**, de forma a que seja mantida a inabilitação da mesma.

Outrossim, importante frisar que a desclassificação da empresa TB Serviços no certame, a qual a Recorrente requer a sua manutenção, foi devidamente demonstrada em recurso próprio ser indevida e deve ser revista, como já solicitado. Requerendo mais uma vez, que este pedido seja julgado improcedente.

### **3. DOS PEDIDOS**

Pelos elementos exarados no presente processo, vê-se que a empresa **RECHE GALDEANO E CIA LTDA.**, carece de razão, uma vez que suas postulações não encontram respaldo nos diplomas legais que regem o certame e nem no Edital, conforme amplamente demonstrado.

Face ao exposto, mister se faz julgar **IMPROCEDENTE** o recurso impetrado pela **RECHE GALDEAN.**, devendo ser mantida a sua inabilitação no Pregão Eletrônico nº 90462/2024, posto não ter atendido às exigências do Edital.

É o que se requer!  
São Paulo, 08 de agosto de 2025.

NESTERSON DA SILVA  
GOMES:14053688884

Assinado de forma digital por  
NESTERSON DA SILVA  
GOMES:14053688884  
Dados: 2025.08.08 16:17:02 -03'00'

**TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A.**

Nesterson da Silva Gomes  
Diretor



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Comissão de Segurança Pública - SUPEL-COSEG

**TERMO**  
**DE ANÁLISE DE RECURSO ADMINISTRATIVO**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90462/2024/SUPEL/RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0033.011591/2024-49**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

A Superintendência Estadual de Licitações - SUPEL, através de sua Pregoeira Substituta e Equipe de Apoio, nomeados por força das disposições contidas na **Portaria nº 190 de 18 de julho de 2025**, em atenção aos **RECURSOS ADMINISTRATIVOS** interpostos **no ITEM 03** pelas empresas recorrentes: **RECHE GALDEANO & CIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob n.º **08.713.403/0001-90** e **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A.**, inscrita no CPNJ sob n.º **60.924.040/0001-51**, pessoas jurídicas de direito privado, passa a analisar e decidir, o que adiante segue.

**1. DA ADMISSIBILIDADE**

No presente caso, as empresas recorrentes interpuseram recursos administrativos em face do resultado da licitação, apresentando suas razões recursais, dentro do prazo estabelecido pela Lei nº 14.133/21. Conforme preconiza o artigo 165 da referida legislação, a interposição do recurso deve ocorrer no prazo de 3 dias úteis contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

Registra-se ainda que o prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso, tendo início na data de intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso (art. 165 §4º).

Ao analisar os autos, especificamente na **Relação de Recursos e Contrarrazões no COMPRASGOV Id. (0063301847)**, verifica-se que as recorrentes registraram suas manifestações dentro dos prazos estabelecidos. Além disso, as documentações apresentadas atendem aos requisitos formais exigidos pela lei, sendo assim admissível.

Dessa forma, considerando a regularidade do procedimento e o atendimento aos prazos legais, reconhece-se a admissibilidade dos recursos administrativos interpostos, como também a contrarrazão apresentada, prosseguindo-se, portanto, na análise do mérito das razões apresentadas pelas recorrentes.

**2. DA SÍNTESE DO RECURSO - ITEM 3 - EMPRESA RECHE GALDEANO & CIA LTDA - ID (0062982314)**

O recurso administrativo apresentado pela empresa **RECHE GALDEANO & CIA LTDA**, foi interposto no ITEM 3, no âmbito do **Pregão Eletrônico n.º 90462/2024/SUPEL/RO**, visando contestar a sua inabilitação para o presente certame. A recorrente inicia sua manifestação destacando a **tempestividade** do recurso, ressaltando que o prazo para interposição se encerraria apenas em 05/08/2025, o que garantiria o seu regular recebimento pela Comissão de Licitação.

A empresa **RECHE GALDEANO & CIA LTDA** revela que após a desclassificação das empresas **ROVEMA LOCADORA DE VEÍCULOS LTDA** e **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A.**, a Pregoeira classificou a empresa recorrente, seguindo para próxima fase, sendo esta a **HABILITAÇÃO**.

Após análise da Pregoeira, a mesma retornou o certame trazendo a seguinte decisão:

*"Informamos que, após análise dos documentos de habilitação, esta Pregoeira decidiu INABILITAR a empresa RECHE GALDEANO & CIA LTDA, CNPJ N.º 08.713.403/0001-90, pelos seguintes motivos: Acontece que os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA emitidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima, pela CAERD, pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto, pelo Instituto Municipal de Mobilidade Urbana - IMMU, pela Polícia Civil do Estado de Roraima e pela Polícia Militar do Estado do Amazonas contemplam serviço de "locação de veículos". Contudo, não observamos nos referidos atestados a presença da adaptação para o transporte de presos COM COMPARTIMENTO CELA, como também radio transceptor, com GPS e rastreador satelital. Concluímos que embora a locação de viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório."*

Além disso, a recorrente destacou que a Pregoeira criou exigências não previstas no Edital, violando os princípios da objetividade, legalidade e competitividade. A recorrente também argumentou que o Edital pedia a comprovação de fornecimento de bens similares, não idênticos, citando jurisprudências que confirmavam não ser necessário atestado idêntico ao objeto da licitação, bastando a comprovação de experiência compatível.

O recurso também enfatiza que a exigência de detalhes como **cela** ou **rastreador** em atestados restringe e direciona o processo licitatório. Por fim, a empresa informa que os veículos serão adaptados por uma das maiores implementadoras do Brasil, a **FLASH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E SISTEMAS ELETROELETRÔNICOS LTDA**, que já forneceu viaturas para órgãos de segurança pública em outros estados.

Registra-se também que a empresa recorrente pediu que fosse mantida a desclassificação da empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A.**, pois referida empresa não comprovou adequadamente as especificações técnicas exigidas (rádio e rastreador) de acordo com o Termo de Referência.

Ao final, a empresa **RECHE GALDEANO & CIA LTDA** requereu:

- (1) **que o recurso fosse acolhido;**
- (2) **que a decisão da Pregoeira fosse anulada na fase de habilitação; e**
- (3) **que os atestados da recorrente fossem considerados válidos, restabelecendo sua habilitação no certame.**

Houve o registro de Contrarrazões ao recurso apresentado.

**3. DA SÍNTESE DO RECURSO - ITEM 3 - TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A ID (0062982511)**

O recurso administrativo apresentado pela empresa recorrida **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A** foi interposto no ITEM 3, alegando que foi **desclassificada** sob alegação de descumprimento das especificações técnicas previstas nos Anexos II (rádio transceptor) e IV (câmeras fixas).

A recorrente iniciou sua manifestação destacando a **tempestividade** do recurso, ressaltando que o prazo para interposição se encerraria apenas em 05/08/2025, o que garantiria o seu regular recebimento pela Comissão de Licitação.

A empresa recorrente afirmou que cumpriu integralmente as exigências do edital, apresentando proposta contendo todos os itens requeridos, bem como as especificações técnicas e imagens dos equipamentos ofertados. Além disso, anexou laudos técnicos emitidos pelo fabricante, que comprovariam a conformidade dos rádios e câmeras com os requisitos estabelecidos.

Alegou que a decisão que resultou em sua desclassificação carece de fundamentação técnica suficiente e que, antes de ser excluída do certame, deveria ter sido oportunizada a complementação de informações eventualmente consideradas insuficientes.

Nesse sentido, invocou o artigo 64 da Lei n.º 14.133/2021, bem como o item 12.8 do edital, os quais permitem à Administração realizar diligências para sanar dúvidas sobre a proposta, como forma de garantir a ampla participação e a adequada instrução do processo.

A recorrente sustenta ainda que a desclassificação de todas as licitantes resultou na declaração de fracasso do pregão, o que, além de contrariar o interesse público, pode acarretar custos adicionais com a realização de nova licitação. Argumentou, assim, que sua proposta era viável, estando de acordo com as exigências do edital, e que sua exclusão do certame foi desproporcional.

Por fim, apontou possível violação a princípios fundamentais da Administração Pública, como os da proporcionalidade e razoabilidade, uma vez que laudos técnicos válidos teriam sido desconsiderados; da isonomia e da ampla concorrência, ao restringir injustamente sua permanência no processo licitatório; e da eficiência e economicidade, tendo em vista que o fracasso do certame representa prejuízo ao erário.

Ao final, a empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A.** requereu que seu recurso fosse julgado **totalmente procedente**, com a consequente **reabilitação de sua proposta**, permitindo o seu regular prosseguimento no certame.

A Recorrente sustenta que foi **indevidamente e desproporcionalmente desclassificada**, uma vez que apresentou todos os documentos e laudos técnicos exigidos no edital, comprovando a conformidade dos equipamentos ofertados.

Dessa forma, pleiteia a **reversão da decisão que a excluiu do processo licitatório**, a fim de evitar o fracasso definitivo da licitação e os consequentes **prejuízos ao erário e ao interesse público**.

#### 4. DA SÍNTESE DA CONTRARRAZÃO - ITEM 03 - TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A ID. 0063301818

De outro lado, a recorrida **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A** alega que a empresa recorrente (**RECHE GALDEANO & CIA LTDA**) foi inabilitada porque seus atestados não comprovaram experiência em **locação de viaturas adaptadas com cela e demais especificações técnicas do edital**.

Os atestados de capacidade técnica apresentados pela recorrente **RECHE GALDEANO & CIA LTDA** se referem apenas à **locação de veículos comuns**, sem comprovação de serviços de **viaturas adaptadas para uso policial**. A seguir análise feita pela recorrida:

"1 – Distrito indígena Roraima – locação de veículos simples.

2 – Companhia de Águas e esgotos de Rondônia – locação de veículos simples.

3 – Governo Estado de Roraima – locação de veículos simples.

4 – Instituto Municipal de Mobilidade Urbana – locação de veículos simples.

5 – Governo Estado de Roraima – locação de veículos simples.

6 – Governo do Estado do Amazonas – locação de veículos simples."

A recorrida mencionou que *"a capacidade técnico-operacional consiste naquela relativa à pessoa jurídica licitante de executar objeto similar e compatível com o licitado. Presume-se tal capacidade dos atestados técnicos apresentados, como comprovação de sua 'experiência anterior' neste sentido. Em especial nas obrigações – como o caso em tela, serviços de locação de veículos adaptados para viatura policial –, o que importa é averiguar, da comprovação de experiência anterior do licitante, não só a capacidade de execução do objeto licitado, mas a habilidade em fazê-lo."*

Ao final, a empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A** requereu que o recurso da empresa **RECHE GALDEANO & CIA LTDA** fosse julgado improcedente, mantendo-se inabilitada no certame, e que fosse revisto a decisão que a desclassificou para o presente certame.

#### 5. DAS ANÁLISES

Cumprido dizer, desde logo, que as decisões tomadas no contexto deste processo licitatório, estão em perfeita consonância com as determinações legais, tendo sido observada a submissão aos princípios da Legalidade, da Razoabilidade, Celeridade e Eficiência, bem como ao julgamento objetivo e vinculação ao Instrumento Convocatório, bem como os demais princípios que lhe são correlatos.

As formalidades descritas no Instrumento Convocatório foram alinhadas ao Termo de Referência, e devem ser cumpridas, sem que se deixe de observar, contudo, os fins a que se destinam, assim, excessos de rigorismo não podem afastar competidores e prejudicar os usuários.

Deve-se, portanto, afastar as exigências inúteis ou excessivas que possam diminuir o caráter competitivo do certame, possibilitando à Administração a escolha da proposta que lhe seja mais vantajosa.

**Assim, passamos a expor.**

**EMPRESA: TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A**

Em sessão a proposta foi encaminhada pela empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A**, especificamente para o ITEM 3 do PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90462/2024/SUPEL/RO que trata da locação de veículos **especiais, tipo SUV COMPACTO/MINI SUV/CROSSOVER adaptado para uso policial**.

A proposta recebida para o certame foi encaminhada para a unidade requisitante com a finalidade de avaliação técnica com emissão de parecer, em observância as regras dispostas no Termo de Referência, visto que o objeto pretendido é a contratação de empresa para locação de veículos **especiais, tipo SUV COMPACTO/MINI SUV/CROSSOVER adaptado para uso policial**.

Para fins de classificação da proposta no quesito técnico, a Pregoeira baseou sua decisão na análise detalhada dos autos, especialmente à luz do Ofício nº 21050/2025/SEJUS-NUTRA Id. (0061593856). Observou-se que o catálogo apresentado contemplou as especificações técnicas do veículo, incluindo o compartimento de cela, o rádio transceptor e as câmeras fixas instaladas, apresentando modelos/exemplos do que será entregue pela contratada.

No entanto, constatou-se que as especificações técnicas relativas ao rádio transceptor e às câmeras fixas, constantes nos anexos apresentados, **encontravam-se em desacordo com as exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório, notadamente nos Anexos II e IV**.

Em resposta, o Núcleo de Transporte da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, se manifestou por meio do Ofício nº 21050/2025/SEJUS-NUTRA Id. (0061593856):

"Dessa forma, em análise comparativa das especificações constantes na Proposta TB SERVIÇOS - ITEM 03 (0061505685) com aquelas constantes nos anexos II e IV, é possível aferir que a empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A** apresentou a proposta em desacordo com o instrumento convocatório e seus anexos, **razão pela qual opina-se pela rejeição da proposta.**"

As manifestações foram avaliadas com base nos fundamentos apresentados e nas documentações que integram o processo licitatório, incluindo o Edital, o Termo de Referência e os registros constantes no sistema eletrônico de licitações.

Logo, registramos que, após a desclassificação da recorrente, esta manifestou seu inconformismo a cerca da negativa da proposta apresentada, conforme demonstrado no tópico anteriormente.

Visando almejar qualquer inconsistência quanto ao julgamento deste recurso, tendo em vista que as razões apresentadas pela recorrente em fase recursal são de caráter técnico, e em homenagem ao princípio da autotutela administrativa, esta Pregoeira remeteu os autos do processo administrativo para o órgão requerente a fim de manifestação técnica.

Cabe destacar o teor da **Análise 3 - Recurso da TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO**, apresentada pela unidade demandante **Id. (0063350804)**:

"Análise nº 3/2025/SEJUS-NUTRA  
**PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 90462/2024/SUPEL/RO  
**Processo Administrativo:** 0033.011591/2024-49  
**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital.  
  
**Assunto: Análise Técnica de Recurso: Recurso - TB SERVICOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENC (0062982511). PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90462/2024/SUPEL/RO.**

Empresa	Documentos	Item	Procedente ou improcedente
<b>TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A</b> CNPJ: 60.924.040/0001-51	Recurso - TB SERVICOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENC (0062982511)	03	<b>Improcedente</b>

1. DO RECURSO

Trata-se de recurso interposto pela empresa TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.A. contra a decisão que a desclassificou no âmbito do Pregão Eletrônico nº 90462/2024/SUPEL/RO, sob o fundamento de descumprimento das especificações técnicas constantes nos Anexos II 0051008273 (rádio transceptor) e IV 0055972576 (câmeras fixas) do edital.

A recorrente alega que sua proposta atendeu integralmente às exigências editalícias, tendo apresentado documentação comprobatória, incluindo laudos técnicos emitidos pelo fabricante, bem como folders de especificações do rádio transceptor ICOM IC-F7510 e de equipamentos de monitoramento (câmeras/módulo DVR). Afirma que tais documentos demonstram o pleno atendimento aos requisitos, inclusive quanto à faixa de frequência, certificações, grau de proteção, funcionalidades digitais e integração com sistemas já existentes, no caso do transceptor, e quanto às resoluções de vídeo, detecção de eventos, recursos de inteligência artificial e armazenamento, no caso do sistema de câmeras.

Sustenta, ainda, que eventual dúvida técnica poderia ter sido sanada mediante a realização de diligência, conforme autoriza o art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e o item 12.8 do edital, sem necessidade de desclassificação sumária. Argumenta que a exclusão de sua proposta ocasionou o fracasso do certame, em prejuízo ao interesse público e à economicidade da contratação.

É o recurso, em síntese.

2.1. DA ANÁLISE

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta análise de mérito é referente às razões recursais apresentadas pela licitante TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.A, no bojo do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90462/2024/SUPEL/RO, cujo objeto é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital.

Preliminarmente é imperioso destacar que o processo de licitação é condicionado aos princípios estabelecidos no Art. 37 da Constituição Federal, que servem sobre os princípios amplamente difundidos no âmbito da administração, que são a **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiências**. Além disso, vinculado aos princípios estabelecidos no Art. 5º da Lei 14.133/2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Faz-se necessário tornar claro e cristalino que os princípios da administração pública (tanto da CF quanto da Lei de Licitações) **não possuem hierarquia entre elas**, devendo ser analisada de forma conjunta e ponderada, havendo razoabilidade quando da sua aplicação, **não podendo ser aplicadas de maneiras isolada**, visto que as contratações que serão advindas dos processo licitatórios têm por objetivo assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública e, por corolário, atingir a finalidade e satisfação do interesse público.

2.1.1. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO EDITAL e FORMALISMO MODERADO/EXCESSO DE FORMALISMO

Previsto expressamente na Lei 14.133 em seu artigo 5º, o princípio da vinculação ao edital determina que as partes (administração pública e licitantes) devem seguir **estritamente** as regras e condições estabelecidas no edital, servindo não só para resguardar direitos mas também estabelecer deveres.

Apesar de dever ser seguido **estritamente**, a administração pública não pode, por excesso de formalismo, desqualificar licitantes. Por exemplo, a desqualificação em razão de uma proposta não estar no formato exato pré-estabelecido no instrumento convocatório mas que desse de avaliar objetivamente o inteiro teor da proposta, inabilitação por erro sanável, desclassificação por detalhe insignificante e afins.

Nessa mesma linha, embora não exista definição legal ou doutrinária acerca do que seria ou não excesso de formalismo, usa-se o bom senso, dessa forma, ao nosso ver, **não se considera formalismo excessivo** a desqualificação de proposta que não atende a requisitos mínimos estabelecidos em edital, justamento pelo princípio da vinculação ao edital citado anteriormente. Ora, se a proposta não atende as **características mínimas** definidas, ela não se encontra apta a gerar os resultados pretendidos pela administração, não havendo que se falar em irregularidade, ilegalidade ou ferimento de quaisquer outros princípios, sejam eles constitucionais ou ainda aqueles estabelecidos em norma infraconstitucional.

Feita as considerações iniciais que nortearão a presente análise, passamos ao mérito do recurso.

2.2. DO MÉRITO DO RECURSO

A controvérsia reside em verificar se os equipamentos apresentados pela empresa recorrente atendem às especificações mínimas previstas no Termo de Referência, notadamente nos Anexos II (rádios transceptores) e IV (câmeras embarcadas).

Após análise técnica comparativa entre os requisitos editalícios e a documentação juntada pela recorrente, observou-se:

2.2.1. RÁDIOS TRANSCÉPTORES (ANEXO II)

Embora o modelo ICOM IC-F7510 atenda a diversos requisitos (faixa de frequência abrangendo 148–174 MHz, potência de 50W, robustez IP55/MIL-STD-810G, distorção de áudio e homologação Anatel), subsistem pontos de não atendimento integral, a saber:

Sensibilidade: o edital exige 0,20 µV ou melhor para 12 dB SINAD (analógico) e 5% BER (digital), enquanto o modelo ofertado apresenta 0,22 µV típica, inferior ao mínimo exigido;

Rejeição de intermodulação: o edital prevê 85dB ou melhor, enquanto o modelo ofertado apresenta 80dB, inferior ao mínimo exigido.

Migração para trunking P25 via software: o edital prevê tal funcionalidade como obrigatória, mas o equipamento apenas oferece a possibilidade mediante aquisição de licenças adicionais, não comprovando o atendimento pleno.

Além disso, no "análise técnica" encaminhada pela licitante, é citado que "o edital **não exige trunking**" (Recurso 0062982511, fls. 9), o que não procede, *vide* Anexo II (0051008273), item 4, letra B:

"b. Operação em modo troncalizado disponível por meio de atualização futura de software;"

Criptografia: o edital prevê recurso nativo de criptofonia baseada em software, mas o modelo depende de módulo/licença adicional, não comprovando conformidade.

<b>P25 Fase 1 convencional, troncalizada e P25 Fase 2 troncalizada*</b>	<b>Display LCD colorido de alta visibilidade</b>
<b>Certificado DHS P25 CAP (TIA-102) compatível com múltiplos vendedores</b>	<b>Bluetooth integrado, gravador de voz e pacote de dados P25 (GPS)</b>
<b>Compatível FIPS 140-2</b>	<b>Grau de proteção IP55</b>
<b>Encriptação AES*</b>	<b>Vocoder AMBE+2™ aprimorado</b>
<b>P25 voting scan (P25 convencional)*</b>	<b>Dupla cabeça de controle opcional e configurações COMMANDMIC™</b>
<b>Capacidade de até 1024 canais com 128 zonas</b>	<b>* Licença requerida</b>

Retirado do folder que consta no Recurso 0062982511, fls. 11

Além disso, consta no Anexo II (0051008273), item 1, a composição básica dos rádios transceptores, sendo, além de outros, os seguintes:

- "c. 01 (um) **microfone de mão** com cabo espiralado da mesma marca, **com suporte** e com total compatibilidade com o modelo do transceptor;  
d. **Cabo de alimentação e suporte de fixação compatíveis com o equipamento** a ser instalado na viatura;"

No rodapé do folder do rádio ofertado pela licitante consta que os acessórios listados acima podem sofrer alteração a depender da versão, sem especificar, para tanto, qual seria a versão e as eventuais alterações, senão vejamos:

<b>Acessórios fornecidos:</b> (Pode sofrer alteração a depender da versão)	
• Microfone de mão, HM-220	• Cabo de alimentação
• Suporte de fixação do rádio	• Suporte de fixação do microfone

Retirado do folder que consta no Recurso 0062982511, fls. 11

#### 2.2.1.1. DA ANÁLISE REALIZADA PELA GERÊNCIA DE TECNOLOGIA DA SESDEC / SESDEC-GETEC

Em complemento a análise realizada por esta setorial, com fulcro a melhor assistir a decisão da pregoeira, foi feita diligência junto à Gerência de Tecnologia -GETEC da SESDEC para que fosse analisado o modelo de rádio ofertado se assistira razão à licitante, considerando, além do que está previsto no instrumento convocatório, o Termo de Cooperação entre a SEJUS e SESDEC 0035419553, visto que, em razão deste termo, a SEJUS deve compatibilizar suas comunicações com as já existentes, daí os requisitos mínimos estabelecidos no Anexo II (0051008273).

Em sede de resposta, o Núcleo de Telecomunicações - NUTEL da GETEC encaminhou o Memorando nº 71/2025/SESDEC-NUTEL (0063633392) e o Laudo 0063633495, comparando as especificações técnicas do modelo ofertado pela licitante com aquele informado no Termo de Referência.

No laudo da NUTEL foram constatadas também as inconsistências verificadas por esta setorial de transporte, a saber:

"[...]Em análise acurada as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência 0060133449, com base no Anexo II Especificações Rádio Transceptor (0051008273), entendemos que as especificações técnicas contida no Proposta TB SERVIÇOS - ITEM 03 (0061505685) - Recurso - TB SERVICOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENC (0062982511) para rádio em tela, sendo apresentado o rádio marca ICOM, modelo IC-F7510, **NÃO ATENDE** todas as exigências requeridas no Termo de Referência, destacadas através dos itens 3. **CARACTERÍSTICAS OPERACIONAIS:** i. Possuir vocoder IMBE; 8. **CARACTERÍSTICAS ESPECÍFICAS:** c) Estabilidade de frequência:  $\pm 2,5$  ppm ou melhor, dentro da faixa de  $-10^{\circ}\text{C}$  a  $+60^{\circ}\text{C}$  - 8.2 Receptor: a. Sensibilidade em modo analógico: 0.20 V (microvolt) ou melhor para 12 dB – SINAD - b. Sensibilidade em modo digital: 0.20 V (microvolt) ou melhor para 5% de taxa de erro de bit (BER) - c. Seletividade para canais adjacentes - modo analógico: 85 dB ou melhor - d. Seletividade para canais adjacentes – modo digital: 70 dB ou melhor - g. Rejeição de intermodulação: 85 dB ou melhor - 4. **RECURSOS OPERACIONAIS MODO DIGITAL COMPATÍVEL COM A NORMA P25:** b. Operação em modo troncalizado disponível por meio de atualização futura de software, bem como, cabe destacar que o edital prevê que a migração para troncalizado (Trunking) P25 será via software, funcionalidade obrigatória, mas o equipamento apenas oferece a possibilidade mediante aquisição de licenças adicionais.[...]"

#### 2.2.2. CÂMERAS FIXAS EMBARCADAS (ANEXO IV)

Em relação ao sistema de câmeras apresentados, salienta-se que estas contemplam funções de gravação em alta definição, armazenamento em cartões SD, GPS, inteligência artificial (DSM/ADAS) e algumas outras compatibilidades (segundo folder apresentado) com o Anexo IV 0055972576, porém também foram constatadas as seguintes inconsistências:

Proteção: o edital exige grau de proteção mínimo IP67, não demonstrado no material apresentado, sendo de suma importância visto que os veículos de uso policial enfrentam condições adversas de chuva, poeira e terrenos não convencionais, podendo sofrer danos e prejudicar eventuais gravações.

O padrão IP67, em síntese, se refere a proteção que o equipamento possui contra poeira (dígito 6) e contra água e líquidos de um modo geral (dígito 7). Dessa forma, dispositivos com essa classificação são imprescindíveis para ambientes onde a poeira e a água são inevitáveis, como em áreas externas (pátio das unidades prisionais) onde estão sujeitos a chuva e a poeira. ;

Lente: o edital exige lente fixa de 2.8mm, também não especificada no folder da proposta da licitante; e

Acelerômetro: o edital exige acelerômetro interno de série com fulcro a gravar dados de condução, tais como: aceleradas e freadas bruscas, curvas acentuadas, colisão e outros. Porém, no folder da proposta (nem do recurso) da licitantes constam tais informações.

### 3. DILIGÊNCIAS NÃO REALIZADAS

É reconhecido, em relação a alguns pontos que, em tese, seria possível a realização de diligência, tais como em relação aos seguintes aspectos:

- Acessório fornecidos para o rádio e licenças adicionais; e
- Lente, acelerômetro e proteção IP67.

Conforme já explicitado em itens antecedentes, nos folders encaminhados pela licitantes constam algumas obscuridades, porém, a depender da resposta da licitante, poderia sim, haver alteração substancial da proposta, sendo um ponto controvertido acerca da possibilidade (ou não) da realização de diligência acerca dos pontos citados acima (acessório p/ rádio. Lente acelerômetro e classificação IP67 p/ câmera).

De todo modo, como foi possível observar, estes não são os únicos fatores considerados para a desclassificação. Isto porque subsistem e preponderam outras inconsistências nas características informadas no folder anexo às propostas que se demonstraram incompatíveis com aquelas estabelecidas no Instrumento Convocatório.

Estas características (que foram abaixo do mínimo), ao nosso ver, não caberia a realização de diligência, visto que não se tratava de obscuridade ou vício sanável, e sim de características já propostas pela licitantes que, caso houvesse diligência para "sanar" tais inconsistências, acarretaria, por derivação lógica, na alteração da substância da proposta, conduta vedada pela leitura que se depreende do Art. 13, Inciso V do DECRETO Nº 28.874, DE 25 DE JANEIRO DE 2024:

"Art. 13. O agente e a comissão de contratação serão responsáveis pela condução de todos os atos realizados na fase externa da licitação até a homologação, destacando-se:  
[...]"

V - sanear erros ou falhas **que não alterem a substância das propostas**, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica e, se necessário, **afastar licitantes em razão de vícios insanáveis;**"

Nesse sentido, considerando que não seria possível a realização de diligência para sanear tais inconsistências por conta de previsão expressa no próprio texto normativo Estadual (com simetria na legislação federal - Lei 14.133/2021, Art. 59) que veda o saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância da proposta e, considerando ainda que tal

impossibilidade torna os erros, omissões, inconsistências e os vícios insanáveis. É possível concluir que eventuais diligências, se realizadas para os outros pontos (ex. qual modelo, dos dois, era o ofertado), que não alterariam, em tese, a substância das propostas, seriam carentes de finalidade e de eficiência, já que não influenciariam na decisão final de desclassificação da licitante em virtude da inequívoca inadequação dos demais pontos elencados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, nota-se que, embora a licitante tenha juntado ao seu recurso manifestação de (aparentemente) um representante alegando a adequação as especificações mínimas exigidas no Anexo II (0051008273), é possível aferir, ao comparar as características informadas no folder anexo ao recurso com aquele previsto no instrumento convocatório, *vide* Anexo II (0051008273), que o modelo ofertado não atende as especificações mínimas exigidas, corroborando com o entendimento da Gerência de Tecnologia da GETEC da SESDEC, conforme melhor explicado no item 2 desta análise.

Dessa forma, **OPINA-SE PELA MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO** da licitante, empresa TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.A, do Pregão Eletrônico nº 90462/2024/SUPEL/RO, pelo descumprimento das especificações exigidas no edital e seus anexos, especificamente Anexo II (0051008273) e Anexo IV (0055972576) em relação aos Rádios Transceptores e Câmeras Fixas, respectivamente.

Atenciosamente,  
**ELISSANDRO DE ALMEIDA AGUIAR**  
Gerente de Patrimônio e Logística"

Reconhece-se que, em relação a alguns elementos da proposta, poderia haver margem para a realização de diligência, especialmente no que se refere aos acessórios dos rádios, às licenças adicionais, bem como às especificações relacionadas à lente, ao acelerômetro e ao grau de proteção IP67 das câmeras. Esses pontos, por apresentarem certa falta de clareza nos documentos encaminhados, poderiam, em tese, ser objeto de esclarecimento junto à licitante.

Contudo, como já detalhado em análises anteriores, tais aspectos não foram os únicos considerados na decisão de desclassificação. Persistem outras divergências mais relevantes entre as características informadas nos folders e aquelas exigidas pelo edital, o que demonstra que a proposta, como um todo, não atendia aos critérios mínimos estabelecidos no Instrumento Convocatório. A empresa apresentou proposta contendo informações divergentes daquelas expressamente exigidas no Termo de Referência.

Ressalta-se que todas as propostas e lances deveriam estar estritamente alinhados às especificações técnicas e quantitativas exigidas, sob pena de imediata desclassificação, conforme prevê o próprio Instrumento Convocatório.

No caso dessas divergências mais graves, não se trata apenas de omissões ou pontos ambíguos, mas de informações técnicas que indicam claramente o não atendimento às exigências do edital. Nessas situações, a realização de diligência não seria apropriada, pois implicaria em alterar o conteúdo essencial da proposta apresentada, o que configuraria violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e às regras do processo licitatório.

Nos termos do art. 13, inciso V, do Decreto Estadual nº 28.874/2024, a atuação da Administração na fase de análise das propostas deve restringir-se ao saneamento de falhas que não modifiquem a substância das propostas ou sua validade jurídica. Portanto, não é permitido corrigir ou complementar informações que resultariam na reformulação do conteúdo técnico ofertado inicialmente.

Ademais, mesmo que fosse possível admitir diligência para sanar os pontos de menor impacto ou ambiguidade, isso não teria efeitos práticos relevantes, já que os demais vícios detectados, considerados substanciais, permaneceriam e, por si só, justificariam a desclassificação. Assim, a eventual realização de diligência se mostraria inócua, não alterando o resultado final da análise nem afastando a constatação de que a proposta estava em desacordo com os parâmetros mínimos estabelecidos no edital.

EMPRESA: RECHE GALDEANO & AMP; CIA LTDA

A empresa manifestou sua intenção de recorrer da decisão da Pregoeira, discordante da **INABILITAÇÃO** na fase de habilitação sob o fundamento de que os atestados de capacidade técnica apresentados não comprovariam experiência específica em locação de veículos do tipo viatura com cela, equipados com rádio transceptor, GPS e rastreador satelital.

Diz a recorrente que a Pregoeira criou exigências não previstas no Edital, violando os princípios da objetividade, legalidade e competitividade. A recorrente também argumentou que o Edital pedia a comprovação de fornecimento de bens similares, não idênticos, citando jurisprudências que confirmavam não ser necessário atestado idêntico ao objeto da licitação, bastando a comprovação de experiência compatível.

O recurso também enfatizou que a exigência de detalhes como **cela** ou **rastreador** em atestados restringe e direciona o processo licitatório. P

Por fim, a empresa informou que os veículos serão adaptados por uma das maiores implementadoras do Brasil, a **FLASH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E SISTEMAS ELETROELETRÔNICOS LTDA**, que já forneceu viaturas para órgãos de segurança pública em outros estados.

Visando almejar qualquer inconsistência quanto ao julgamento deste recurso, tendo em vista que as razões apresentadas pela recorrente em fase recursal são de caráter técnico, e em homenagem ao princípio da autotutela administrativa, esta Pregoeira remeteu os autos do processo administrativo para o órgão requerente a fim de manifestação técnica.

Em conformidade com o solicitado, a SEJUS se manifestou através da **Análise 4 Recurso - RECHE GALDEANO & amp; CIA LTDA Id. (0063351810)**

"Análise nº 4/2025/SEJUS-NUTRA

**PREGÃO ELETRÔNICO** Nº 90462/2024/SUPEL/RO

**Processo Administrativo:** 0033.011591/2024-49

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas em edital.

**Assunto: Análise Técnica de Recurso: Recurso - RECHE GALDEANO & CIA LTDA (0062982314). PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90462/2024/SUPEL/RO.**

Empresa	Documentos	Item	Procedente ou improcedente
RECHE GALDEANO & CIA LTDA CNPJ: 08.713.403/0001-90	Recurso - RECHE GALDEANO & CIA LTDA ( 0062982314)	03	Procedente

1. DO RECURSO

Trata-se de recurso administrativo interposto por **Reche Galdeano & Cia Ltda (Reche Frotas)** contra a decisão que a inabilitou no **item 03 do Pregão Eletrônico nº 90462/2024 – SUPEL/COSEG**, cujo objeto é o registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizados como viatura, adaptadas com cela, conforme condições e exigências do instrumento convocatório.

A recorrente sustenta a **tempestividade** de seu recurso, afirmando que o mesmo foi interposto dentro do prazo editalício. Relata que, após a fase de lances e a desclassificação de outras licitantes, foi classificada em primeiro lugar e convocada para apresentar a documentação de habilitação, tendo, entretanto, sido inabilitada sob o fundamento de que os atestados de capacidade técnica apresentados não comprovariam experiência específica em locação de veículos do tipo viatura com cela, equipados com rádio transceptor, GPS e rastreador satelital.

No mérito, defende que o **edital não exige atestados com objeto idêntico**, mas apenas que comprovem aptidão para execução de bens ou serviços similares. Destaca que apresentou **seis atestados de capacidade técnica**, os quais inclusive foram reconhecidos pelo Pregoeiro como válidos para demonstrar experiência em locação de veículos. Assim, entende que a interpretação dada pela Administração representaria inovação indevida e **formalismo excessivo**, em desacordo com a lei e com a jurisprudência dominante, segundo a qual não se pode exigir identidade absoluta entre o objeto licitado e os atestados apresentados.

Alega, ainda, que a exigência de comprovação de experiência específica em viaturas adaptadas com cela e equipamentos embarcados configuraria**restrição indevida à competitividade**, ferindo os princípios da isonomia e da vinculação ao edital. Para reforçar seu entendimento, cita doutrina de Hely Lopes Meirelles, segundo a qual o administrador público está vinculado ao edital e não pode exigir requisitos que nele não constem.

Por fim, a recorrente sustenta que deve ser mantida a **desclassificação da empresa TB Serviços**, sob o argumento de que esta não teria comprovado o atendimento às exigências técnicas relativas ao rádio transceptor, previstas no Anexo II, nem apresentada a ficha técnica do rastreador, exigida no Anexo III do Termo de Referência, documentos que

reputa essenciais para a análise de conformidade da proposta.

Diante disso, requer o **providimento do recurso**, com a reforma da decisão que a inabilitou, reconhecendo-se a validade dos atestados de capacidade técnica apresentados e determinando, em consequência, sua habilitação no certame.

É o recurso, em síntese.

## 2. DA ANÁLISE

### 2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente análise de mérito refere-se às razões recursais apresentadas pela licitante **Reche Galdeano & Cia Ltda (Reche Frotas)**, no âmbito do **Pregão Eletrônico nº 90462/2024/SUPEL/RO**, cujo objeto consiste no registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizados como viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital.

Preliminarmente, cumpre destacar que o processo licitatório encontra-se sujeito aos princípios constitucionais insculpidos no art. 37 da Constituição Federal, quais sejam: **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, amplamente difundidos no âmbito da Administração Pública. Ademais, a condução da licitação deve observar os princípios previstos no art. 5º da **Lei nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos**.

É importante frisar que tais princípios não possuem entre si qualquer hierarquia, devendo ser aplicados de forma conjunta e ponderada, com a necessária razoabilidade. A finalidade maior das contratações públicas é assegurar a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, garantindo-se, por consequência, a consecução do interesse público.

#### 2.1.1. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO EDITAL e FORMALISMO MODERADO/EXCESSO DE FORMALISMO

O princípio da vinculação ao edital, expressamente previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, estabelece que tanto a Administração Pública quanto os licitantes devem observar estritamente as regras e condições dispostas no instrumento convocatório, o qual constitui verdadeira lei interna da licitação. Esse princípio não apenas resguarda direitos, mas também impõe deveres às partes envolvidas.

Contudo, ainda que a vinculação ao edital deva ser seguida de forma rigorosa, não se admite que a Administração, por excesso de formalismo, desqualifique licitantes por meras falhas irrelevantes ou de ordem sanável, como a apresentação de documento em formato diverso do previsto, erros formais que não comprometem a análise objetiva da proposta ou detalhes sem impacto no atendimento às exigências editalícias.

Por outro lado, não se considera formalismo excessivo a desclassificação de proposta que não atende aos **requisitos mínimos exigidos em edital**, justamente porque, em tais hipóteses, há afronta direta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Ora, se a proposta não contempla as condições técnicas mínimas definidas pela Administração, não há como reputá-la apta a alcançar os resultados pretendidos, inexistindo, portanto, qualquer irregularidade ou ilegalidade na decisão que a rejeita.

Feitas essas considerações iniciais, que nortearão a presente análise, passa-se ao exame do mérito do recurso apresentado pela Reche Frotas.

### 2.2. DO MÉRITO DO RECURSO

A controvérsia que originou o recurso da licitante Reche Galdeano diz respeito à validade dos atestados de capacidade técnica apresentados pela referida empresa para comprovar a aptidão exigida no edital, o chamado "atestado de capacidade técnica".

Em análise ao Termo de Referência 0060133449 anexo ao Instrumento Convocatório, no item 13.2.1 consta a seguinte redação:

"[...]Quanto aos modelos, pretende-se a contratação de veículos tipo VAN/FURGÃO, CAMINHONETE/PICK-UP e SPORT UTILITYVEHICLE - SUV/MINI SUV/CROSSOVER, OU EQUIVALENTE, **todos devidamente adaptados com cela para o transporte de presos, equipados com rádios transceptores, rastreadores e câmeras fixas.**

**Tais implementações e adaptações** deverão ocorrer por conta da CONTRATADA, e **deverão ser realizadas por empresas com capacidade técnica para tal** [...]" (grifo nosso)

A partir dessa e, em análise da proposta da licitante Reche Galdeano, é possível observar que foi anexo a este processo em duas partes, sendo Proposta RECHE GALDEANO - ITEM 03 - PARTE 01 (0061758766) e Proposta RECHE GALDEANO - ITEM 03 - PARTE 02 (0061758840), nota-se que na parte 2 da proposta, nas fls. 2 à 11, fez constar a empresa técnica que realizaria as adaptações, sendo ela a empresa FLASH ENGENHARIA. Por essa e outras a equipe técnica setorial desta SEJUS opinou pela aprovação da referida proposta.

Porém, nas fases de habilitação, a pregoeira, de maneira fundamentada e motivada, desqualificou a empresa pelo fato de que, embora tenha realizado serviço de locação de veículos, não foi demonstrado que se tratavam de veículo para transporte de presos com compartimento de cela, conforme melhor exposto abaixo, *in verbis*:

"[...]Acontece que os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA emitidos pelo Distrito Sanitário Especial Indígena - Leste de Roraima, pela CAERD, pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto, pelo Instituto Municipal de Mobilidade Urbana - IMMU, pela Polícia Civil do Estado de Roraima e pela Polícia Militar do Estado do Amazonas contemplam serviço de "locação de veículos". Contudo, não observamos nos referidos atestados a presença da adaptação para o transporte de presos COM COMPARTIMENTO CELA, como também rádio transceptor, com GPS e rastreador satelital.

Concluimos que embora a empresa participante tenha comprovado a experiência no serviço de locação de veículos, não foi possível certificar que a mesma tenha realizado algum serviço que envolva a locação de viatura, adaptadas com cela, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório."

Sobre o tema, cumpre a análise do item 30.6.1, *in verbis*:

"30.6.1. Para fins de aferimento da qualificação técnica, os licitantes interessados em participar do certame deverão apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, **de complexidade operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação** ou ao item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso."

A teleologia que deve ser depreendida desse item é a de assegurar que somente empresas com **experiência prévia comprovada** em contratos de natureza similar possam disputar o certame, evitando-se a participação de licitantes absolutamente inexperientes no setor. O objetivo é garantir que a Administração Pública tenha segurança quanto à execução contratual, considerando a complexidade técnica e logística envolvida na locação de veículos que, especificamente no caso da segurança pública, deve ser feita com extrema agilidade e rapidez.

Além disso, a redação "**bens similares, de complexidade operacional equivalente ou superior**", não pode ser entendida como uma exigência de **identidade absoluta** entre o objeto do contrato e os atestados de capacidade técnica. Em outras palavras, não é necessário que os documentos apresentados atestem exatamente a locação de viaturas equipadas com cela, rádio transceptor, GPS e rastreador satelital. O requisito central é que demonstrem experiência compatível em grau de complexidade, volume e operacionalização, apta a revelar que a empresa possui condições estruturais e técnicas para atender ao objeto pretendido.

Todavia, em análise aos documentos de habilitação da empresa licitante Reche Galdeano, **não foi vislumbrado *prima facie* o atestado de capacidade técnica da empresa que realizaria a adaptação**, no caso em apreço, a empresa FLASH ENGENHARIA, o que aí sim ensejaria a desclassificação da licitante, porém não foi o caso.

De todo modo, agora em sede de recurso, a licitante não se quedou inerte quanto a apresentação dos atestados de capacidade técnica da empresa FLASH ENGENHARIA, conforme demonstrado no Recurso - RECHE GALDEANO & CIA LTDA (0062982314), fls. 13, se adequando ao disposto no item já citado anteriormente (13.2.1).

### 3. CONTRARRAZÕES - TB SERVICOS, TRANSPORTE, LIMPEZA (0063301818)

Depreende-se da leitura obtida no Ofício nº 5045/2025/SUPEL-COSEG (0063301477) que a empresa TB SERVICOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A interpôs as contrarrazões ao recurso da empresa RECHE GALDEANO & CIA LTDA findado o prazo estabelecido para tal (08/08/2025)

Dessa forma, obedecendo aos princípios que norteiam a Licitação e a Administração Pública, nos termos também do item 13.7. do Instrumento Convocatório com Adendo 01 (0060032532);

"13.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos."

Conclui-se por **NÃO CONHECER** as contrarrazões interpostas pela empresa TB SERVICOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A, tendo em vista sua **INTEMPESTIVIDADE**.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS/CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, após análise minuciosa das razões recursais, dos documentos apresentados pela empresa Reche Galdeano & Cia Ltda (Reche Frotas), do Termo de Referência e das disposições editalícias, especialmente o item 30.6.1, conclui-se que os atestados de capacidade técnica apresentados são suficientes para comprovar a experiência em objeto de natureza similar e complexidade operacional compatível com a licitação em curso.

A interpretação que condiciona a habilitação à apresentação de atestados com identidade absoluta ao objeto licitado não encontra amparo no edital, tampouco na Lei nº 14.133/2021, configurando restrição indevida à competitividade e violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório. A exigência editalícia é clara ao estabelecer a necessidade de comprovação de aptidão para bens ou serviços similares, e não idênticos, sendo este também o entendimento prevalente na doutrina administrativista pátria.

Ademais, a empresa supriu em sede recursal a documentação relativa à FLASH ENGENHARIA, responsável pelas adaptações técnicas das viaturas, atendendo à exigência do item 13.2.1 do Termo de Referência. Tal medida, ao nosso ver, sana eventual lacuna inconsistência inicialmente apontada.

Por fim, registre-se que as contrarrazões apresentadas pela empresa TB Serviços não merecem conhecimento, haja vista sua intempestividade, conforme previsto no item 13.7 do edital.

Assim, considerando os princípios da razoabilidade, da competitividade, do formalismo moderado e, sobretudo, da vinculação ao instrumento convocatório, OPINA-SE pelo PROVIMENTO do recurso interposto pela empresa Reche Galdeano & Cia Ltda, com a consequente reforma da decisão de inabilitação, de modo a reabilitá-la no item 03 do Pregão Eletrônico nº 90462/2024/SUPEL/RO.

Atenciosamente,

ELISSANDRO DE ALMEIDA AGUIAR  
Gerente de Patrimônio e Logística"

**POLÍCIA  
MILITAR**  
DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE APOIO LOGÍSTICO  
CENTRO DE MOTOMECANIZAÇÃO E INTENDÊNCIA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, por intermédio do Centro de Motomecanização e Intendência (CMI), inscrita no CNPJ nº 16.695.025/0001-97, atesta para todos os fins de que que a empresa FLASH INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS E SISTEMAS ELETROELETRÔNICOS LTDA, estabelecida à Rua Professora Celia Cangro Mamedes, 1000 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – SP – CEP18087-171, nos forneceu equipamentos de adaptação e sinalização para veículos especiais, conforme descrição abaixo:

ADAPTAÇÃO VEÍCULO POLICIAL COM CELA	
440 UNIDADES	RENAULT DUSTER ZEN 1.6 COM CELA
30 UNIDADES	CHEROKEE S-10 CABINE DUPLA 4X4 COM CELA
90 UNIDADES	FIAT TORO FREEDOM 4X4 COM CELA

Declaramos ainda que a referida empresa cumpriu satisfatoriamente suas obrigações contratuais, atendendo plenamente a qualidade e pontualidade do fornecimento bem como a assistência técnica e manutenção dos equipamentos, durante o prazo de garantia, não tendo até o momento nada que a desabone.

Belo Horizonte, 07 de julho de 2024.

GILKER HADIME SEITO, TEN CEL PM  
CHEFE DO CMI



Documento assinado em 07/07/2021 15:46:39 por GILKER HADIME SEITO:02892862639. Conforme §1º do art. 6º do Decreto Estadual n. 47.222/2017 e Resolução n. 4.520/2016-PMMG, para verificar a autenticidade escaneie o QRCode ao lado, ou acesse <https://intranet.policiamilitar.mg.gov.br/lite/assinador/web/validar> e informe o código: AD4485AA3249

Como comprovado pela recorrente, de fato esta Pregoeira analisou os documentos apresentados de forma criteriosa. Os atestados acostados pela empresa requerente, ora vencedora, demonstrava que a empresa possui experiência na prestação de serviços de locação de veículos em geral.

Contudo, inicialmente, ao analisar os documentos apresentados, não foi possível certificar, de forma inequívoca, que essa experiência abrangia a locação de viaturas adaptadas com cela, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório.

No entanto, ao reavaliar os documentos na fase recursal, especialmente o atestado de capacidade técnica suso grafado foi possível constatar que o referido documento contempla de forma expressa, a execução de serviços que envolve o fornecimento de equipamentos de adaptação e sinalização para veículos especiais, evidenciando assim sua experiência em fornecimentos compatíveis com a complexidade da contratação em análise.

No que tange aos questionamentos relativos à qualificação técnica, entende-se que os atestados apresentados são suficientes para comprovar a execução de objeto de natureza similar, com grau de complexidade operacional compatível com o exigido na licitação.

Reconhece-se que houve uma interpretação rigorosa, quicá mais detalhada, acerca das especificações exigidas, o que pode ser percebido como uma exigência mais abrangente do que o usual. Contudo, tal postura decorre da necessidade de assegurar o atendimento pleno às especificações técnicas do edital, garantindo a adequada execução do contrato.

Dessa forma, e pautada nos princípios basilares que regem a Administração Pública, especialmente os da legalidade, impessoalidade e eficiência, esta Pregoeira conclui que os atestados de capacidade técnica apresentados pela empresa **RECHE GALDEANO & CIA LTDA.** atendem às exigências do edital no que se refere à qualificação técnica, especialmente quanto às características específicas do objeto licitado.

**Por conseguinte, a empresa deve ser REABILITADA para o ITEM 3 do certame, considerando a superação dos questionamentos inicialmente levantados.**

#### DA DECISÃO

Em suma, pelas razões de fato e de direito expostas, e considerando que a Administração Pública, no âmbito da licitação, está vinculada aos princípios da legalidade, razoabilidade, eficiência, bem como aos demais princípios correlatos e às normas estabelecidas no instrumento convocatório, conhecemos dos recursos interpostos pelas empresas **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A.** (CNPJ: 60.924.040/0001-51) e **RECHE GALDEANO & CIA LTDA** (CNPJ: 08.713.403/0001-90), opinando pelo provimento, passando a julgar:

No mérito, **NEGA-SE PROVIMENTO AO RECURSO e CONTRARRAZÃO INTERPOSTO PELA EMPRESA TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A.**, mantendo-se sua desclassificação por não atender aos requisitos técnicos de apresentação da proposta de preços exigidos no edital.

Por outro lado, **DÁ-SE PROVIMENTO AO RECURSO DA EMPRESA RECHE GALDEANO & CIA LTDA., REABILITANDO-A PARA O ITEM 03 DO CERTAME**, uma vez que esta Pregoeira Substituta agiu com rigorismos formais extremos, exigindo que fosse apresentado ACT's com características idênticas ao estabelecido no Instrumento Convocatório, criando uma restrição indevida e ferindo os princípios como o da isonomia, da competitiva, como também da razoabilidade e da proporcionalidade.

**Diante do exposto, determino o retorno do Pregão Eletrônico nº 90462/2024/SUPEL/RO à fase de julgamento dos documentos de habilitação, que será realizada no dia 12/09/2025, às 10h (horário de Brasília-DF).**

Porto Velho, 03 de setembro de 2025.

**INGRID TAINARA XAVIER PEDROZA**

Pregoeira Substituta da Comissão de Segurança Pública - COSEG/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Ingrid tainara xavier pedroza, Pregoeiro(a)**, em 04/09/2025, às 09:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0063641738** e o código CRC **28C2C7D9**.



**GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA**  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Assessoria Técnica - SUPEL-ASTEC

Decisão nº 100/2025/SUPEL-ASTEC

**Pregão Eletrônico n.º 90462/2024**

**Processo Administrativo:** 0033.011591/2024-49

**Interessada:** Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS

**Objeto:** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, adaptadas com cela.

**Assunto:** Decisão em julgamento de recurso.

Vistos, etc.

Aportaram os autos para elaboração de decisão da autoridade superior, nos termos do artigo 165, inciso I, §2º da Lei nº 14.133/2021.

Os autos do presente processo versam sobre procedimento licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto o *Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos caracterizadas como viatura, adaptadas com cela*, gerenciado pela Secretaria de Estado de Justiça – SEJUS.

Verifica-se a interposição de uma pluralidade de recursos tempestivos em face da decisão da condutora do certame, desse modo, necessário se faz pontuar cada recurso e suas contrarrazões, vez que trazem à baila irresignações que envolvem suas próprias inabilitações e a habilitação da recorrida, senão vejamos:

- **RECHE GALDEANO & CIA LTDA** - Recurso (0062982314) para o Item 3;
- **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A** - Recurso (0062982511) para o Item 3.

A empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A** apresentou contrarrazões (0063301818) em face do recurso interposto pela empresa **RECHE GALDEANO & CIA LTDA** (0062982314).

Isto posto, passamos à análise recursal.

No que concerne às razões recursais arguidas pela empresa **RECHE GALDEANO & CIA LTDA** (0062982314), a recorrente traz à tona inconformismo acerca da sua inabilitação no Item 3 do presente certame, em razão de não ter apresentado atestado de capacidade técnica que comprove a execução de serviço idêntico ao exigido no Edital.

Insta destacar o que prevê o Termo de Referência (0060133449) sobre a comprovação de qualificação técnica:

- 30.6.1. Para fins de aferimento da qualificação técnica, os licitantes interessados em participar do certame deverão apresentar comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade opo equivalente ou superior ao objeto desta contratação, ou ao item pertinente, por meio da apresentação de **certidões ou atestados**, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emiti conselho profissional competente, quando for o caso.
- 30.6.2. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os **Atestados de Capacidade Técnica** deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 30.6.3. Compatibilidade em características: o(s) atestado(s) deve(m) contemplar, individualmente ou em soma, a entrega de materiais/produtos condizentes com o objeto desta licitação, ou seja, material de co permanente, conforme quadro do item 11 deste Termo de Referência.

Como se sabe, a capacidade técnico-operacional é comprovada por meio da apresentação de atestados que demonstrem capacidade na execução de serviços pertinentes e compatíveis, em características, quantidades e prazos, com o objeto da licitação, conforme previsto no Art. 67, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021.

Em consonância com a legislação, ressalta-se que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União adota o entendimento consolidado de que não se pode exigir que o licitante apresente atestado de capacidade técnica em características idênticas às do objeto licitado, mas sim deve a Administração admitir a experiência anterior em serviços com características semelhantes ou de complexidade superior. Veja-se:

SÚMULA TCU 263: Para a comprovação da capacidade técnico-operacional das licitantes, e desde que limitada, simultaneamente, às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, é legal a exigência de comprovação da execução de quantitativos mínimos em obras ou serviços com características semelhantes, devendo essa exigência guardar proporção com a dimensão e a complexidade do objeto a ser executado.

Após a análise das informações acostadas pela recorrente, atenta aos argumentos arguidos no recurso (0062982314) e amparada na Análise n.º 4/2025/SEJUS-NUTRA (0063351810) emitida pela Unidade Requisitante, **a Pregoeira reconsiderou a decisão** proferida na sessão pública, de modo a retornar a sessão do presente certame à fase de julgamento dos documentos de habilitação.

Vale ressaltar, que tal ato possui amparo jurisprudencial pacificado, conforme exposto nas Súmulas n.º 473 e 346 do Supremo Tribunal Federal, bem como no Art. 53, da Lei n.º 9.784/1999, que permite a revogação e anulação, como mecanismos de desfazimento e controle de ato administrativo, face as eventuais inoportunidades e ilegalidades cometidas, reforçando-se a importância do controle interno e da revisão dos atos administrativos como mecanismos de proteção dos interesses públicos.

Logo, baseado no princípio da autotutela, que versa sobre a Administração Pública corrigir erros, garantir a legalidade e promover uma gestão eficiente e transparente dos recursos público, nesse ponto, **mantenho** a decisão da Pregoeira.

Noutro giro, quanto ao recurso apresentado pela empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A** (0062982511), a recorrente sustenta que sua desclassificação decorreu por não atender aos requisitos editalícios, especialmente quanto às especificações dos Anexos II e IV do Edital (0060032532). Todavia, o licitante afirma que as propostas apresentadas cumprem integralmente as exigências do certame.

Considerando que o âmago da irrisignação é de **cunho técnico**, a Unidade Requisitante foi interpelada por intermédio do Ofício n.º 5045/2025/SUPEL-COSEG (0063301477), que, por sua vez, emitiu o expediente através da Análise n.º 3/2025/SEJUS-NUTRA (0063350804), na medida em que o tema é afeto à sua competência, concluindo deforma desfavorável aos argumentos trazidos pela recorrente, opinando que seja mantida a desclassificação da proposta. Vejamos:

Ante todo o exposto, nota-se que, embora a licitante tenha juntado ao seu recurso manifestação de (aparentemente) um representante alegando a adequação as especificações mínimas exigidas no Anexo II ([0051008273](#)), é possível aferir, ao comparar as características informadas no folder anexo ao recurso com aquele previsto no instrumento convocatório, *vide* Anexo II ([0051008273](#)), que **o modelo ofertado não atende as especificações mínimas exigidas**, corroborando com o entendimento da Gerência de Tecnologia da GETEC da SESDEC, conforme melhor explicado no item 2 desta análise.

Dessa forma, **OPINA-SE PELA MANUTENÇÃO DA DESCLASSIFICAÇÃO** da licitante, empresa TB Serviços, Transporte, Limpeza, Gerenciamento e Recursos Humanos S.A, do Pregão Eletrônico nº 90462/2024/SUPEL/RO, pelo descumprimento das especificações exigidas no edital e seus anexos, especificamente Anexo II ([0051008273](#)) e Anexo IV ([0055972576](#)) em relação aos Rádios Transceptores e Câmeras Fixas, respectivamente.

Ressalta-se que a SEJUS é a **detentora do conhecimento técnico** do objeto a ser contratado e refutou as alegações da recorrente, concluindo que os produtos ofertados não atendem de forma adequada ao interesse e às necessidades da Administração.

Além disso, é de sabença que o edital constitui o instrumento normativo que rege o certame, e tem como escopo garantir segurança jurídica durante todo o desenvolvimento da licitação.

O edital configura-se, portanto, como a “regra do jogo”, sendo inadmissível à Administração exigir documentos, critérios de julgamento, condições de habilitação ou obrigações contratuais que nele não estejam expressamente previstas. Do mesmo modo, não pode se afastar, de forma arbitrária, das disposições ali fixadas, sob pena de violar os princípios da legalidade, da segurança jurídica, da isonomia e da transparência.

Acerca do tema, têm-se os seguintes julgados:

O Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório se traduz na regra de que o edital faz lei entre as partes, devendo os seus termos serem observados até o final do certame, vez que vinculam as partes. (STJ - REsp: 354977 SC 2001/0128406-6, Relator: Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Data de Julgamento: 18/11/2003, T1 - PRIMEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 09.12.2003 p. 213).

APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO TIDO COMO ILEGAL PRATICADO PELO DIRETOR-GERAL E PELA PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. DENEGAÇÃO DA ORDEM. RECURSO DA LICITANTE. AUTORIDADE COATORA QUE SE NEGOU A RECEBER A PROPOSTA DA IMPETRANTE EM RAZÃO DE ATRASO DE 4 (QUATRO) MINUTOS. TESE DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. ALEGADO FORMALISMO EXACERBADO. TESES INSUBSISTENTES. DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO EVIDENCIADO. ATRASO OCORRIDO EM RAZÃO DE ACIDENTE DE TRÂNSITO. FORTUITO INTERNO. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL. CONDUTA ILEGAL NÃO EVIDENCIADA. **"Diante dessa perspectiva, por princípio, uma vez publicado o edital, a Administração e os licitantes estão vinculados a ele, não podem se apartar ou se dissociar de seus termos. [...] À Administração não é permitido fazer exigências não previstas no edital nem deixar de exigir aquilo que fora prescrito nele. Os licitantes, por sua vez, devem cumprir os termos estabelecidos no edital. Eis o princípio da vinculação ao edital."** (NIEBUHR, Joel de Menezes. Licitação Pública e Contrato Administrativo. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. p. 90-91). APELO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TJSC, Apelação n. 5082662-18.2023.8.24.0023, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, rel. Carlos Adilson Silva, Segunda Câmara de Direito Público, j. 11-06-2024).

ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO. PROPOSTA EM DESACORDO COM O EDITAL. IMPOSSIBILIDADE. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO. IMPOSITIVO. A observância dos princípios que norteiam as licitações em geral, especificamente os da legalidade e da vinculação ao instrumento convocatório, é essencial para o resguardo do interesse público, o qual compreende não só os interesses específicos da Administração Pública como também os de toda coletividade. Em outros termos, a adstrição às normas editalícias restringe a atuação da Administração, impondo-lhe a desclassificação de licitante que descumpra as exigências previamente estabelecidas no ato normativo. **Não há irregularidade na inabilitação de participante que não atendeu integralmente às exigências editalícias, previamente estabelecidas.** Decisão mantida. agravo de instrumento improvido. (TRF-4 - AG: 50035356220214040000 5003535-62.2021.4.04.0000, Relator: LUÍS ALBERTO D'AZEVEDO AURVALLE, Data de Julgamento: 14/07/2021, QUARTA TURMA).

Não menos importante, reforça-se o exposto pela Pregoeira em seu Termo de Julgamento de Recurso (0063641738), *in verbis*:

Reconhece-se que, em relação a alguns elementos da proposta, poderia haver margem para a realização de diligência, especialmente no que se refere aos acessórios dos rádios, às licenças adicionais, bem como às especificações relacionadas à lente, ao acelerômetro e ao grau de proteção IP67 das câmeras. Esses pontos, por apresentarem certa falta de clareza nos documentos encaminhados, poderiam, em tese, ser objeto de esclarecimento junto à licitante.

Contudo, como já detalhado em análises anteriores, tais aspectos não foram os únicos considerados na decisão de desclassificação. Persistem outras divergências mais relevantes entre as características informadas nos folders e aquelas exigidas pelo edital, o que demonstra que a proposta, como um todo, não atendia aos critérios mínimos estabelecidos no Instrumento Convocatório. A empresa apresentou proposta contendo informações divergentes daquelas expressamente exigidas no Termo de Referência.

**Ressalta-se que todas as propostas e lances deveriam estar estritamente alinhados às especificações técnicas e quantitativas exigidas, sob pena de imediata desclassificação, conforme prevê o próprio Instrumento Convocatório.**

Assim, pautada na análise técnica da Unidade Requisitante, devidamente embasadas em fundamentação consistente, **não merecem prosperar as alegações da recorrente.**

Por todo o exposto, em atenção as razões e fundamentos destacados no Termo de Julgamento de Recurso (0063641738), que elaborado em observância às razões recursais (0062982314 e 0062982511) e respectivas contrarrazões (0063301818) apresentadas no certame, e amparada na análise técnica da Unidade Requisitante, não vislumbro qualquer irregularidade na decisão da Pregoeira.

Isto posto, **DECIDO** conhecer e julgar:

1. **PROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **RECHE GALDEANO & CIA LTDA**, de forma a retornar à fase de julgamento dos documentos de habilitação para o Item 3;
2. **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **TB SERVIÇOS, TRANSPORTE, LIMPEZA, GERENCIAMENTO E RECURSOS HUMANOS S.A**, de forma a manter a sua desclassificação para o Item 3 do presente certame.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Pregoeira.

À Pregoeira para ciência e providências aplicáveis à espécie.

Porto Velho/RO, data e hora do sistema.

**MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **MÁRCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO, Superintendente**, em 10/09/2025, às 17:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0064211731** e o código CRC **D9C05663**.